

# O PROLETÁRIO

Nº 62  
Fevereiro de  
2007

Uma Publicação mensal de Proletários Marxistas  
Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 1,00  
(um real) para o custeio da publicação do jornal.

<b>“Pensando com Marx”- J. Chasin. Lukács e István Mészáros</b>	<b>01-26</b>
<b>Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política”</b>	<b>26– 29</b>
<b>Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel</b>	<b>29-38</b>
<b>Estabilidade no emprego – uma luta pela sobrevivência</b>	<b>38– 45</b>
<b>Atividade de discussão política</b>	<b>45– 47</b>
<b>O CAMINHO DA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ</b>	<b>48</b>
<b>Atividade de discussão política aberta</b>	<b>49</b>
<b>Convocatória pela formação de Comitê Proletário</b>	<b>49</b>

**Escreva para o Jornal *O Proletário*  
Caixa Postal n.º 140 CEP 09910-970, Diadema, São Paulo**

**Venham para o estudo dos documentos históricos do Marxismo.  
Informem-se!**

**As assimilações teóricas e a inserção na luta de classe nos capacitará  
para a intervenção neste processo como revolucionários, possibilitando a  
organização do proletariado moderno e dos oprimidos em geral de forma  
independente da burguesia, do Estado burguês, bem como, da ideologia da  
classe dominante.**

## “Pensando com Marx”

### Estatuto Ontológico e resolução metodológica

J. Chasin

Tal Estatuto Ontológico perpassa as idéias mirabolantes de um colaborador Stalinista do Socialismo em um só País, dos tribunais da inquisição, não da Santa Fé Católica, mas sim, da Santa fé pequeno-burguesa, inquisitória, traidora, criminosa no sentido político, com a traição ao internacionalismo proletário, com a teoria do socialismo em um só país e, além disso: criminosa no sentido da “Ontologia” em assassinar a Vanguarda Revolucionária de uma época em que o Movimento Operário tomou a ofensiva triunfante diante da burguesia mundial.

Estatuto Ontológico, em *Pensando com Marx*, tem sua importância em resgatar os documentos históricos e iniciais do Jovem Marx, configurando uma trajetória de formação intelectual do Filósofo materialista e Revolucionário Comunista. Se Marx iniciou no idealismo e nas idéias positivas, foi capaz de romper com estas, revolucionar a filosofia e as idéias da época, com o vislumbrar da filosofia calcada no real e no transcendental histórico e dialético.

Ao romper com o idealismo *hegeliano* e com o materialismo *feuerbachiano* Marx pode fundamentar o materialismo dialético na história como sendo esta última, a história da luta de classes. Sair do idealismo, romper com as idéias positivistas e com o materialismo idealista que não enxergava a realidade objetiva e a análise desta, foi o transcendental, revolucionário em Marx.

Os autores do Estatuto Ontológico introduzem se utilizando a polêmica e obra de Marx “a Ideologia Alemã” e de outros documentos históricos como sendo a virada de Marx de uma filosofia especulativa, *hegeliana*, a uma filosofia materialista (humanista). Agarrando-se ao materialismo *feuerbachiano*, que introduziu o homem

como base material (objeto sensível) com, segundo os autores, as correções de Marx a este materialismo, transformando o ser individual de *Feuerbach* em ser social (sujeito) e este ser “em atividade sensível” – o que é isto senão humanismo puro? Vejamos uma das citações de *Pensando com Marx* - página 348 – “*Em Hegel, o pensamento é o ser: o pensamento é o sujeito; o ser é o predicado. A lógica é o pensamento no elemento do pensamento, ou o pensamento que pensa a si mesmo: o pensamento como sujeito sem predicado, ou o pensamento que é ao mesmo tempo sujeito e predicado de si mesmo. /.../ Hegel só pensou os objetos como predicados do pensamento que pensa a si mesmo*”. Em consequência, pode ser taxativo ao concluir a reflexão: “*Quem não abandonar a filosofia hegeliana, não abandona a teologia. A doutrina hegeliana, segundo a qual a natureza, a realidade, é posta pela idéia, só é a expressão racional da doutrina teológica, segundo a qual a natureza é criada por Deus, o ser material por um ser imaterial, isto é, abstrato*”.

“*Mas Feuerbach não se limita ao desmonte crítico. De outra parte, positivamente, formula com nitidez a esfera sustentada como resolutiva das novas premissas ontológicas: “O verdadeiro nexos entre pensamento e ser é só este: o ser é sujeito; o pensar predicado. O pensamento provém do ser, mas o ser não provém do pensamento. O ser existe a partir de si e por si – o ser só é dado pelo ser. O ser tem seu fundamento em si mesmo, porque só o ser é sentido, razão, necessidade, verdade, numa palavra, tudo em todas as coisas. O ser é porque o não-ser é não-ser, isto é, nada, sem-sentido”. É o que tinha em mira e autorizava anunciar, pouco antes, que “ A*

filosofia é o conhecimento do que é. Pensar e conhecer as coisas e os seres como são –

“Em princípios da Filosofia do futuro, o mesmo panorama de inflexões antiespetaculativas e projeções ontológicas é oferecido em escala ampliada. Vale estampar mais alguns fragmentos para consolidar a postura já tracejada. Assim, é interessante observar como Feuerbach procura, na afirmação do sujeito sensível, se destacar contra e se situar para além não só da filosofia especulativa hegeliana, mas de toda a especulação moderna – sem ignorar o passo evolutivo que esta consubstanciara na ultrapassagem do pensamento medieval: “Se a velha filosofia tinha como ponto de partida a proposição: sou um ser abstrato, um ser puramente pensante, o corpo não permanece à minha essência, ao contrário, a nova filosofia começa com a proposição: sou um ser real, um ser sensível, cujo corpo pertence ao meu ser; por certo, o corpo em sua totalidade é meu eu, meu próprio ser” (Op.Cit, 36). E logo a seguir explica: “A filosofia moderna buscava algo imediatamente certo. Por conseguinte, rejeitou o pensar carente de fundamento e base da escolástica, fundando a filosofia na autoconsciência, isto é pôs no lugar do ser puramente pensado, no lugar de Deus, do ser supremo e último de toda a filosofia escolástica, o ser pensante, o eu, o espírito autoconsciente: com efeito, para quem pensa, o pensante está infinitamente mais próximo do pensante, mais presente e mais certo do que o pensado. Suscetível de dúvida é a existência de Deus e, em geral, também o que penso, mas é indubitável que eu sou, eu que penso, que duvido. Mas a autoconsciência da filosofia moderna é, ela mesma, apenas um ser pensado, mediado por abstração, portanto, um ser dubitável. Indubitável, imediatamente certo, é unicamente o objeto dos sentidos, da intuição e do sentindo” (id., 37). Mesmo porque já havia argumentado que “Um ser só pensante e, ademais, que só pensa abstratamente, não tem representação alguma do ser, da existência, da realidade. O ser é o limite do pensar; o ser enquanto

eis a lei suprema, e tarefa máxima da filosofia”.

ser (Sein als Sein) não é objeto (Gegenstand) da filosofia, ao menos da filosofia abstrata e absoluta. /.../ Para o pensamento abstrato, o ser, por conseguinte, é nada em si e para si mesmo. Já que é o nada do pensamento, isto é, o nada ser para o pensamento, o vazio de pensamento. Precisamente por isso, o ser que a filosofia especulativa introduz em seu domínio e cujo conceito reivindica é também um puro espectro, que está em absoluta contradição com o ser real por ser (Sein), de acordo com a coisa real e a razão, ser-ai (Dasein), ser-para-si (Fürsichsein), realidade (Realität), existência (Existenz), efetividade (Wirkllichkeit), objetividade (Objektivität). Todas estas determinações ou nomes exprimem, ainda que de distintos pontos de vista, uma só e mesma coisa. Ser in abstrato, ser sem objetividade, sem efetividade, sem ser-para-si é, indubitavelmente, nada; mas, neste nada, expresso apenas a nulidade de minha abstração” (id., 26). **E, mais uma vez em termos positivos, assinala o que vem a ser em seu posicionamento o verdadeiro campo da ontologia:** “O objeto (Objekt) dos sentidos, é o sensível. Verdade, realidade e sensibilidade, são idênticas. **Só um ser (Wesen) sensível é um ser verdadeiro, um ser real.** Só um ser mediante os sentidos se dá um objeto (Gegenstand) em sentido verdadeiro – e não mediante o pensar par si mesmo. O objeto dado pelo pensar ou idêntico a ele é apenas pensamento” (id., 32). Por isso, “A nova filosofia observa e considera o ser tal como é para nós, enquanto seres não só pensantes, mas também realmente existentes – por conseguinte, o ser enquanto objeto do ser – como objeto de si mesmo” (id., 33). Em síntese reunindo a dimensão crítica ao princípio adiantado da nova posição: “O ser da lógica hegeliana é o ser da antiga metafísica, que é enunciado de todas as coisas indistintamente, já que, segundo ela, todas as coisas coincidem em que estas são. Mais este ser indiferenciado é um pensamento abstrato, um pensamento sem

realidade. O ser é tão diferenciado como as coisas que são. /.../ O ser não é um conceito universal, separável das coisas. É uno com o que é” (id., 27).

“Contundentes na crítica antiespeculativa, bem como na viragem ontológica, as proposituras feuerbachianas são radicais quer pela “coragem de ser absolutamente negativo” em relação ao passado filosófico imediato, síntese do longo percurso idealista, quer, afirmativamente, pelo “imperativo de realizar o novo”, porque nele “reside a verdadeira necessidade”, identificada esta “à necessidade da época, da humanidade”, que é, em suma, “exigência do futuro”, isto é – “futuro antecipado”, como esculpe Feuerbach em sua brevíssima *Necessidade de uma Reforma da Filosofia* (1842), à qual pertencem todas as menções deste parágrafo. **É nessa dupla condição de radicalidade, tanto na ruptura, como na vigorosa impulsão a um universo ontológico qualitativamente novo, que as proposições feuerbachianas não podem ser ignoradas, tal como não foram – o que é decisivo – por Marx.**

Os autores do Estatuto Ontológico, com intuito de sustentar o caráter ontológico de Marx, acabam por vislumbrar o debate em uma tal teorização do conhecimento. Calcados nesta visão (intelectual e

“acadêmica”) remetem a Engels e a Lênin, inclusive, rotulação de terem se esmerados na teoria do conhecimento **gnosio-epistêmica** (um conhecimento histórico vulgar, próximo do idealismo). Em relação a G. Lukács os autores o consideram como o **mais importante pensador marxista do século**, que fundamentou o caráter Ontológico em Marx, mas, no entanto, criticam os autores de *Pensando com Marx*. Lukács enveredou para uma aproximação forçada do método e pensamento marxiano à lógica da dialética de Hegel – “mas o que importa ressaltar, observado o objetivo bem restrito dessas considerações, é que o percurso lukacsiano à ontologia marxiana foi um verdadeiro caminho das pedras, que nunca se integralizou plenamente, embora seja dele o mérito excepcional – o que basta para o consagrar como o mais importante pensador marxista do século - de ter sido o primeiro a identificar, de forma imanente ao espírito da obra marxiana, o caráter ontológico da mesma” – (página 481, *Pensando com Marx*). Recorreu às capitulações de Kautsky em matéria da teorização marxiana para em nome desta fundamentar todo o acerto e cientificidade do novo método de conhecimento **onto-prático**.

### **A origem do marxianismo e do materialismo onto-prático de Lukács e seguidores**

(...) “Nesse sentido para franquear à questão do advento da obra efetivamente marxiana, primeiro, há, que completar o traçado da história intelectual que a antecede, reencetando pela “ontologia universalmente explicitada em Hegel”. “Desde logo para ressaltar a abrangência universal de seu caráter especulativo, isto é, a engenharia lógico-ontológico de seu todo, como Lukács não deixa de fazer, mas reservando ênfase especial para o que chama de “falsa ontologia”, ou seja, às suas

consequências mais problemáticas”.... – “cabe, sim, completar o imediato quadro antecedente à reflexão marxiana, pela anotação da crítica de Feuerbach à especulação hegeliana e de seus reclamos por uma nova ontologia de orientação radicalmente distinta, ou seja, de pronunciada inclinação imanente-naturalista” (página 348, *Pensando com Marx*, Estatuto Ontológico).

## A polêmica do sujeito verso objeto

O grande problema é que Marx reconheceu os méritos *Feuerbachianos* do materialismo crítico ao cristianismo (religião) e, segundo os autores, Marx deu passo à frente ao desgarrar da caracterização de Feuerbach, que “concebe o homem apenas como objeto sensível e não como atividade sensível”, de que o homem sensível não produzia uma atividade também sensível.

Ora! Marx estava questionando exatamente o produto sensível do homem como objeto individual que a produção intelectual deste não corresponde a si próprio e, sim, como:

*“na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a, sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela”.* -(Karl Marx- Para crítica

da Economia Política – Prefácio- página 529-533- Obras escolhidas, Tomo I, Edições “AVANTE” – Lisboa- Edições Progresso – Moscovo - 1982- negrito de o Proletário) - Veja a integra deste prefácio ao final deste artigo.

A visão dos autores do *Estatuto Ontológico* de Marx é messiânica, pois não rompem com *Feuerbach*, pelo contrário, acabam justamente dando uma concepção teórica ao pensamento *feuerbachiano*. Vejamos: *Feuerbach* por considerar o ser humano sensível e sua atividade (filosófica) despojada do espírito messiânico religioso como sendo a razão, acabou por se restringir ao próprio ser e à atividade sensível como sinônimo de razão (autoconsciência). Os autores vão além, os homens (ser social) despojados dos espíritos mundanos, políticos, especulativos (permanecendo na abstração do homem, agora não mais de forma individual, como queria *Feuerbach*, mas sim, agora na abstração coletiva, social dos seres humanos (Ser social), estes como sujeitos (determinante) remetem segundo “Marx”, “na antologia social”.

Apegam-se nas citações de Marx na polêmica com *Feuerbach*, tais como:- “*Ele não percebe que o mundo sensível que o envolve não é algo dado imediatamente por toda a eternidade, uma coisa sempre igual a si mesma, mas sim o produto da indústria e do estado da sociedade: isto, em verdade, no sentido de que é em cada época histórica o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais, alçando-se aos ombros da precedente, desenvolve sua indústria e seu comércio, modificando a ordem social de acordo com as necessidades alteradas. Mesmo os objetos da mais simples ‘certeza sensível’ são dados apenas através do desenvolvimento social, da indústria e do intercâmbio comercial. Sabe-se que a cereja, como quase todas as árvores frutíferas, foi transplantada para nossas zonas pelo comércio, há alguns séculos apenas, e foi, portanto, tão-somente*

através dessa ação de uma determinada 'certeza sensível' de Feuerbach”.

Vale à pena, entre outras citações, manter o texto dos autores do Estatuto Ontológico entre a citação de Marx anterior e a precedente, vejamos: - “(I, A, 2). **E, naturalmente, à realidade produzida corresponde o sujeito produtor. Também sob esse aspecto correlato as deficiências feuerbachianas são apontadas, e contra elas afirma o pensamento marxiano:** (Negrito de O Proletário) - segue com as citações de Max- “*ele concebe o homem apenas como ‘objeto sensível’ e não como ‘atividade sensível’ , /.../ não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que são; por isso mesmo, jamais chega até os homens ativos realmente existentes, mas se detém na abstração ‘o homem’ e apenas consegue reconhecer sentimentalmente ‘o homem real, individual, corpo-real’, isto é, não conhece outras ‘relações humanas’ entre ‘o homem e o homem’ senão as do amor e da amizade, sendo estas, além disso, idealizadas. /.../ Não consegue nunca, portanto, conceber o mundo sensível como a atividade sensível, viva e total, dos indivíduos que o constituem*”. (página 394, Pensando com Marx)

Para não se alongar em citações e mais citações as quais, valem à pena estudar e, principalmente a obra em discussão, que está carregada delas, das quais, apegam-se

os autores de o Estatuto Ontológico de Marx, mecanicamente e de forma errônea para fundamentar a viragem ontológica (humanista). Como forma de ressaltar uma das origens destas distorções, transcrevemos trecho em que os autores se apegam em - “Lukács, apesar da forma curiosa de sua indecisão quanto à influência feuerbachiana no “*decurso filosófico que leva Marx ao materialismo*”, é enfático ao reconhecer a natureza da inflexão feuerbachiana: “*Não há dúvida que a virada provocada por Feuerbach no processo de dissolução da filosofia Hegeliana teve caráter ontológico*”, e certo na avaliação geral de que “*O juízo de Marx sobre Feuerbach tem duplo caráter: o reconhecimento de sua virada ontológica como o único ato filosófico sério desse período; e ao mesmo tempo; a constatação de seus limites, ou seja, o fato de que o materialismo alemão feuerbachiano ignorava completamente o problema da ontologia do ser social*” (Capítulo sobre Marx,1)” –Página 395.

Como podemos ver, os autores concebem o fato de Marx ter analisado como positivo o materialismo de Feuerbach, intrínseco na personificação do ser humano em si (como matéria) e na crítica ao cristianismo e a religião como fato determinante na virada “ontológica de Marx”.

## **O Academicismo, aqui sim, realmente vulgar e positivista dos autores do Estatuto Ontológico e de Pensando com Marx, vejamos:**

### **A relação sujeito-objeto**

Em contraposição ao idealismo de Hegel, em que o pensamento era o sujeito (determinante) – “*em Hegel, o pensamento é o ser; o pensamento é o sujeito; o ser é o predicado*”. “*A lógica é o pensamento no elemento do pensamento, ou o pensamento que pensa a si mesmo*”- (página 349). Apegando-se na contrariedade de Hegel, nas

críticas do materialismo Feuerbachiano, em que o –“*O verdadeiro nexa entre pensamento e ser é só este: o ser é sujeito; o pensar, predicado. O pensamento provém do ser, mas o ser não provém do pensamento. O ser existe a partir de si e por si- o ser só e dado pelo ser*”. –(página 348).

Assim, de um lado temos o idealismo hegeliano, com o sujeito sendo o pensado e suas abstrações. De outro, o materialismo feuerbachiano, em que o ser sensível em si se torna ele mesmo sujeito remetendo também às abstrações (autoconsciência, um ser pensado), pois, conforme nos ensina Marx justamente ao combate do materialismo abstrato de Feuerbach, de que o ser como indivíduo sensível, acaba por reproduzir uma “autoconsciência” também sensível. – *“Feuerbach tem, no entanto, sobre os materialistas “puros” a grande vantagem de compreender que também o homem é “objeto sensível”, mas à parte o fato de entender o homem apenas como “objeto sensível” e não como “atividade sensível”, pois neste ponto se mantém na teoria, e não integra os homens no seu contexto social, nas suas condições de vida reais que fizeram aquilo que são. Nunca atinge os homens que existem e que realmente atuam, se além a uma abstração, homem real, o “Homem”, e que apenas consegue reconhecer o homem “real, indivíduo corpóreo”, no sentimento, ou seja, não conhece outras relações humanas do “homem com o homem” além de amor e amizade, e mesmo assim idealizados. Não critica as condições atuais de vida. Não chega, portanto, a conceber o mundo sensível como a totalidade da atividade sensível viva dos indivíduos que o constituem e, quando, por exemplo, observa um grupo de homens famintos, cansados e tuberculosos, em vez de homens saudáveis, é obrigado a refugiar-se na “concepção ideal no interior do Gênero”. Recai, portanto, no idealismo, precisamente onde o materialismo comunista vê a necessidade e, ao mesmo tempo, a condição de uma transformação tanto da indústria como da estrutura social. Enquanto materialista, para Feuerbach ... (e para os autores e*

### **Para os autores de Estatuto Ontológico o Sujeito em Marx trata dos homens vivos e os objetos enquanto atividades sensíveis.**

Para deixar claro, em se tratando de sujeito em relação ao objeto à investigar, no

**defensores do Estatuto Ontológico, grifo de o Proletário) - a História não conta; e quando aceita a História, não é materialista. Para ele, História e materialismo divergem completamente, o que, de resto, já é suficientemente explicado pelas considerações precedentes”** –(página 33-34 de A Ideologia Alemã- editora Centauro 2005).

Como podemos notar na citação anterior, os teóricos do Estatuto Ontológico, com o intuito de justificar uma teoria equivocada de uma variante de humanismo de aspectos anarquistas, recorrem a citações truncadas, parciais, de parte de frases da obra marxiana, como assim os denominam estes, de forma a uma verdadeira falsificação do legado histórico do pensamento marxista. Necessitam realmente estes teóricos de esconder o materialismo histórico, pois, do contrário: Como explicariam o servilismo e seguidismo Lukácsiano aos crimes de Stalin, ao socialismo em um só país, a vida, à história viva, real? Poderíamos ficar aqui citando dezenas e dezenas de trechos marxianos para demonstrar tais falsificações. Poderíamos ser mais condescendentes ou menos rudes, mas se tratando de falsificações históricas e de negação cabal do Marxismo, em seu nome, se faz necessário dizer a verdade com toda sua bravura.

Acreditamos que os iniciadores do conhecimento marxiano (do materialismo histórico e dialético) devam recorrer a totalidades das obras e de confrontá-las com a luta de classes no processo histórico, com toda certeza, sem as determinações mecânicas do “sujeito” sobre o “objeto” e sim em uma relação dialética em toda sua dimensão.

caso em tela, do pensamento marxista é, exatamente como sujeito: as determinações

advindas do materialismo histórico e dialético, do desenvolvimento da base material da sociedade, das forças produtivas mundiais, das relações de produção destas, tendo como parâmetro as relações

natureza/sociedade dentro do processo histórico das lutas de classe.

### **Duas grandezas se colocam ao tentar determinar o que será o sujeito e o que será o objeto:**

Como sujeito, se entende o “determinante” (dentro do processo histórico e dialético do devir) e para Marx o determinante é a Base Material da Sociedade, no caso da sociedade capitalista: os meios de produção privado e a relação de produção capitalista (o desenvolvimento das forças produtivas na história). Em segundo lugar o ‘ser’ atua como sujeito enquanto atividade sensível, moldado pela base material e pelo próprio objeto de estudo e ainda, como modulador, mesmo como resultado de sua autoconsciência (atividade sensível).

O grande problema a ser equacionado é exatamente a dimensão do sujeito e o próprio objeto em um primeiro plano. E em um plano concorrente ao primeiro, aparece o fenômeno e o método da dialética. De qual dialética? De Heráclito, de Zenon de Eléa, de Sócrates, de Platão? De Epicuro? Hegel? De Feuerbach? De Lukács e dos introdutores do Estatuto Ontológico? Ou a dialética de Marx e de Engels – Materialismo histórico e dialético, uma vez que está-se tratando do pensamento marxiano.

Vale aqui ressaltar que ao pressuposto da divergência sobre o tema entre Marx e Engels, também nos auxiliará o Prefácio de - *Para crítica da Economia Política* – ao qual se encontra transcrito na íntegra ao final desta polêmica e a própria construção da síntese como processo da dialética (o Manifesto Comunista de 1848) foram obra dos dois autores que, conforme bem relata o Prefácio para *Crítica da Economia Política*, estes dois autores partiram por caminhos diferentes e chegaram à mesma síntese, o que acabou por ser o objeto de união destes dois pensadores do Movimento Operário Internacional, ou

seja: o materialismo histórico e dialético. Sob este método não se pode falar em determinações unilaterais e parciais do sujeito sobre o objeto e muito menos de um sujeito que, conforme o próprio Marx afirma em *Ideologia Alemã*, é também atividade sensível, pois na dialética não permite limites e regras fixas por mais que podemos assinalar algumas leis fundamentais, tais como:

A dialética parte do contraditório, das contradições inerentes aos fenômenos, da análise dos fenômenos como parte e todo ao mesmo tempo. Na dialética está presente a lei do devir. Em que o fenômeno se transforma em seu contrário, volta-se ao ponto de origem e remete a saltos qualitativos e quantitativos jamais vistos. Que ao estudar ou se relacionar com outro fenômeno se está processando uma transformação infinita. Na dialética como nos ensinou Marx e Engels no livro *Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, se busca as origens dos fenômenos em sua relação total interna e externa a estes, busca da gênese. Sob este método científico pode concluir que **a origem da propriedade privada foi devido a criação do gado, do criador que tornava-se proprietário do rebanho e do início da linha paterna na subordinação dos sexos**. Ou ainda, na obra destes mesmos autores – a *Sobre o Papel da Transformação do Macaco em Homem*, em que, ao contrário do criacionismo, que busca a origem do homem no abstrato tão-somente, os autores buscaram tal origem na vida prática e material, nas



transformações advindas do trabalho, levados pelas necessidades. Na dialética, a busca do conhecimento vai do concreto ao abstrato, um inter-relacionamento; do material ao espiritual (conhecimento). Nesta busca da vida material se conhece a abstração, por exemplo: ao que chegou Marx na alienação do próprio trabalho, devido à divisão do trabalho, da propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente apropriação individual do trabalho coletivo (sobre trabalho, mais-valia).

Podemos elencar alguns traços das leis da dialética: o movimento se torna universal, nada está isolado; está, ao contrário, em constante e permanente transformação; existem interposições e unidade dos contrários, a negação da negação e os saltos quantitativos e qualitativos. Os fenômenos e a dialética não se deixam levar por regras e leis fixas, estão em constante transformação, em espiral, de forma praticamente infinita.

Sob o método da dialética o conhecimento se apresenta. Inicia-se com a experiência, advém da relação prático/teórico, é social e histórico. Sob o conhecimento científico o sujeito e o objeto se apresenta em constantes transformações, um acaba por transformar o outro em uma relação particular e total. Desta forma o

verdadeiro conhecimento se torna a articulação continua entre o vivido, teorizado, concreto e abstrato.

Sob o método dialético todo ser passa a ser um devir. Todo objeto, fato ou fenômeno se torna parte e todo. Sob o devir não se dispensa a investigação, pelo contrário é resultado desta, não substitui o contato e não transporta conteúdo de uma investigação para outro fenômeno, objeto ou fato, como no positivismo.

No método do materialismo histórico e dialético, nos ensina Marx na Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel que:

*As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens. A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdade face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem. A prova evidente do radicalismo da teoria alemã e, portanto, de sua energia prática, consiste em saber partir decididamente da superação positiva da religião. A crítica da religião derruba a idéia do homem como essência suprema para si próprio. –Várias edições.*

### **O método de busca do conhecimento ontológico imputado à Marx pelos autores**

*“1) a fundamentação onto-prático do conhecimento, 2) a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto, 3) a teoria das abstrações” – (página 390 do Estatuto Ontológico). Extraíndo mecânica e recortadamente dos textos de Marx, - segundo os autores nas páginas dos Manuscritos de 44 e de A Ideologia Alemã, o sujeito acaba por ser os homens vivos e os objetos enquanto atividades sensíveis.*

Vejamos o texto de a Ideologia alemã que pode se aproximar do assunto, uma vez

que a presente obra não tratou de teoria do conhecimento. Sendo assim, qualquer afirmação nesse sentido é meramente interpretativa:

*- “Premissas – Concepção Materialista da História. As premissas de que partimos não são arbitrarias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só se pode abstrair na imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação. Estas premissas são,*

portanto, verificáveis de um modo puramente empírico”.

“A primeira premissa de toda a história humana é, evidentemente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato real a ser constatado é, portanto, a organização destes indivíduos e a relação que, por isso, existe com o resto da natureza”.

“Não podemos entrar aqui, naturalmente, nem na constituição física dos seres humanos, sem as condições naturais que os homens encontram – as condições geológicas, climáticas e outras. Toda a historiografia deve partir destas bases naturais e da sua modificação provocada pelos homens no decorrer da História”.

“Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, religião e tudo mais que se quiser, mas esta distinção só começa a existir quando os homens começam a produzir os seus meios de vida, passo que é conseguido devido à sua organização física. Ao produzirem seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, a sua própria vida material”.

“A maneira como os homens produzem esses meios de vida, depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios

meios de vida encontrados e que lhes é necessário produzir. Este modo de produção não deve ser considerado deste único ponto de vista, como mera reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, isso sim, de uma forma determinada de manifestar a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. A maneira como os indivíduos manifestam a sua vida reproduzem exatamente aquilo que são. Aquilo que são, coincide, portanto, com a produção, isto é, com aquilo que produzem e com a forma como o produzem. Aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção”. – (Negrito de o proletário).

“Esta produção só surge com o aumento da produção. Ela própria pressupõe, por sua vez, um intercâmbio é, por sua vez, condicionado pela produção”- (página 17-18 Ideologia Alemã, Editora Centauro, 2005).

A citação acima basta para decifrar as falsificações em relação ao ser real e vivo (ser social, como sendo os homens) como sujeito determinante do objeto sensível do ponto de vista marxiano.

### **A crítica à politicidade, a emancipação do homem como sendo a emancipação da política.**

A negação do materialismo histórico e dialético, da base material da sociedade como “determinante”. A introdução do objeto sensível e da atividade servível – o ser como sujeito e como totalidade da base material remete os autores do Estatuto Ontológico ao humanismo; à defesa da hegemonia cultural e a cultura da classe trabalhadora dentro de uma concepção autonomista das organizações dos trabalhadores (buscada na interpretação do revolucionário italiano Antonio Gramsci) que por si só como sujeitos: aproximando assim, do anarquismo, totalmente avesso ao pensamento marxista, negando a politização, politicidade, os partidos políticos (como

forma da emancipação política) em geral rumo a uma revolução radical e à emancipação humana.

Os autores de *Pensando com Marx* introduzem, como não poderia ser diferente, em consonância ao Estatuto Ontológico, a estratégia da emancipação humana geral, como mediadora das duas etapas acima mencionadas, ou seja: 1ª) uma, da emancipação da política (emancipação política), como emancipadora a mundialidade humana, da politicidade, da produção da abstração social. Estas primeiras mediações se consumam na 2ª), como sendo a revolução radical. A estratégia é diretamente e sem rodeio à emancipação

humana. Nenhuma palavra sobre a violência como parteira de todo o processo de transformação histórico da sociedade. Nenhuma palavra sobre o Socialismo (Ditadura do proletariado) como fase transitória ao comunismo. Os autores acabam fazendo a análise da ontologia marxiana pela mera especulação, justamente uma das críticas de Marx e fundamentadas pelos próprios.

**Lukács, Meszáros e J. Chasin padeceram do mesmo mal, ou seja, do pecado original:**

“ *Enquanto materialista, para Feuerbach ... (e para os autores e defensores do Estatuto Ontológico, grifo de o Proletário) - a História não conta; e quando aceita a História, não é materialista. Para ele, História e materialismo divergem completamente, o que, de resto, já é suficientemente explicado pelas considerações precedentes*” –(página 33-34 de *A Ideologia Alemã*- editora Centauro 2005).

### **O Estatuto Ontológico em István Mészáros**

István Mészáros dá um paço à frente em relação a Lukács e pode se dizer que sua obra *Para Além do Capital* (apesar da maioria de suas 1105 páginas de abstracionismo), dá uma grande contribuição no sentido da análise do período pós-revolucionário da luta pela emancipação em relação ao poder do capital (considerando o definimento do Estado e a Sociedade sem classes sociais, o Comunismo). Analisa Mészáros que a persistência na manutenção da alienação do trabalho advinda da divisão social deste, mantém a interferência direta no processo decisório e o *status quo* do capital, significando exatamente a perpetuação do poder e mando do capital.

### **Os problemas teóricos que os levam ao distanciamento do postulado do Marx:**

- *De fato, não chegaram até as conclusões de Marx e Engels do Materialismo Histórico e Dialético – “A maneira como os indivíduos manifestam a sua vida reproduzem exatamente aquilo que são. Aquilo que são, coincide, portanto, com a produção, isto é, com aquilo que produzem e com a forma como o produzem. Aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção”*
- Não chegaram até o materialismo histórico e dialético, pois não concebem transformação da base material da sociedade como a transformação da estrutura assentada sob a propriedade privada dos meios de produção, não concebem a forma de produzir a vida, as relações de produção como determinante do processo histórico.

Mészáros também tem absoluta razão e dá um salto de qualidade quando da defesa da permanência da revolução, buscando fundamentação teórica para esta permanência na própria obra marxiana. Pena que, não se refere em nenhum instante à batalha teórica travada por Trotsky desde 1905, polemizando inclusive com Lênin, polêmica da qual se utilizou o Stalinismo e o próprio Lukács para tentar desmoralizar este revolucionário marxista com exatamente as afirmações de que a permanência da revolução se tratava de uma capitulação ao capital, estranha ao marxismo e ao leninismo.

Importantíssimo em Mészáros o rompimento com Lukács no que tange ao

caráter estético e moral imprimido à classe operária, ao proletariado.

Continua sem nenhuma razão e carece de sustentação teórica István Mészáros em permanecer em Lukács no seu materialismo humanista de origem feuerbachiana e sua aproximação anarquista.

Aproxima-se do anarquismo quando recorre a uma revolução política e não social para caracterizar, por exemplo, a Revolução Russa de 1917, justamente pelo fato de não ter eliminado o fetiche da alienação do trabalho advinda da divisão social deste. Neste particular, recorre Mészáros em Para Além do Capital, inclusive deixa transparecer uma certa negligência (apesar de referir-se as discussões) de aspectos teóricos na própria obra marxiana, no Capítulo 22.5 **Indivíduo e classe**, página 1025–

*“As mesmas considerações se aplicam à relação entre indivíduo e classe. Mais uma vez, as discussões sobre a teoria de Marx geralmente negligenciam este aspecto e se concentram naquilo que ele afirma sobre a emancipação do proletariado do controle da burguesia. Mas qual o sentido desta emancipação se os indivíduos que constituem o proletariado permanecessem dominados pelo proletariado como classe? **E é precisamente esta relação de dominação que precede o estabelecimento da ditadura do proletariado.** Não há necessidade de restabelecer a dominação dos proletários pelo proletariado, uma vez que esta dominação já existe, embora de forma diferente, bem antes que a questão da tomada do poder surja historicamente.”*

Mészáros não se conforma em nenhum instante com a fórmula encontrada por Marx de ditadura do proletariado, assim como não permite a organização do proletariado como classe (como partido político), só concebendo

tal investidura de forma ambígua antes da tomada do poder. Após a tomada do poder em um país, não importa o internacionalismo. A “classe que tomou o poder” dirige o processo, independentemente de uma estruturação legal de uma ditadura do proletariado. As pressões de classe ao nível internacional, os problemas internos, o papel do campesinato majoritário, como no caso da Rússia, e o atraso do país – nada disso conta. As transformações advindas da vida, da produção desta, das novas relações de produção a ser implantadas não serão estas que irão transformar a “autoconsciência” dos indivíduos. Não! Para os humanistas feuerbachianos é a “classe para si” (não no sentido de Marx), anterior à tomada do poder que irá determinar, ou seja: não é a produção da vida, a base material, as relações de produção que produz a autoconsciência e sim os próprios homens em si. Muito bonito e fácil, se não fosse totalmente abstrato e utópico.

Extraordinário em Mészáros quando da “meia” crítica da negação de Marx em Lukács e no Stalinismo quando estes assumiram e tentaram fundamentar o socialismo em um só país. “Meia crítica” porque, colocando Mészáros a possibilidade de auto-dissolução do Estado e, por conseguinte o fim das classes sociais (comunismo), mesmo se tratando da revolução ter se iniciado por um elo mais fraco ou em um só país, colocando ainda em dúvida a necessidade da ditadura do proletariado conforme podemos notar na citação a seguir:

Capítulo 22.1-Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias – páginas 1012-1013 de Para Além do Capital Boitempo Editorial, tradução Paulo César Castanheira e Sergio Lessa - “ *Não haverá poder político propriamente dito*”

*“A questão do poder político em sociedade pós-revolucionárias é e continua a ser uma das mais desprezadas da teoria marxista. Marx formulou o princípio da abolição do “poder político propriamente dito” em termos inequívocos: “A organização dos elementos revolucionários como uma classe supõe a existência de todas as forças produtivas possíveis de serem desenvolvidas no seio da velha sociedade. Quer isso dizer que, depois da queda da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe culminando em um novo poder político? Não. A condição para a emancipação da classe trabalhadora é a abolição de todas as classes, assim como a libertação do Terceiro Estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os Estados e de todas as ordens. A classe trabalhadora, no curso do seu desenvolvimento, substituirá a velha sociedade civil por uma associação que exclui as classes e seus antagonismos, e não haverá poder político propriamente dito, uma vez que o poder político é precisamente a expressão oficial do antagonismo na sociedade civil”. Marx foi ainda mais categórico: “Quando o proletariado é vitorioso, isto não significa que se torna o pólo absoluto da sociedade, pois é vitorioso apenas ao abolir-se a si mesmo e a seu oposto. Então, o proletariado desaparece assim como o oposto que o determina, a propriedade privada”.*

*Mas o que acontece com o poder político nas sociedades pós-revolucionárias quando o proletariado não desaparecer? O que acontece com a propriedade privada ou com o capital, quando a propriedade privada dos meios de produção é abolida, enquanto o proletariado continua a existir e a dominar toda a sociedade – inclusive a si mesmo – sob o novo poder político chamado de “ditadura do proletariado”? De acordo com os princípios de Marx, os dois pólos de uma*

*oposição ou põem-se de pé ou caem juntos; ou seja: o proletariado não pode ser verdadeiramente vitorioso sem que produza sua própria abolição. Do mesmo modo, não pode abolir totalmente o seu oposto sem, ao mesmo tempo, abolir-se a si mesmo, enquanto classe que necessita da nova política – a ditadura do proletariado – para que possa tomar e manter o poder.*

*Seria mero sofisma tentar sair destas dificuldades sugerindo que o novo poder político não é “poder propriamente dito” ou, em outras palavras, que não é a manifestação de profundos antagonismo objetivos. Até mesmo porque a existência desses antagonismos é dolorosamente evidente em todas as partes e a severidade das medidas concebidas para evitar que venham à tona – sem nenhuma garantia de sucesso – fornece uma óbvia refutação de todo tipo de sofisma evasivo.*

***Nem é possível levar a sério, mesmo momentaneamente, a sugestão auto-justificadora de que o poder político do Estado pós-revolucionário é mantido – de fato, intensificando – em função de uma determinação puramente internacional, em que a repressão política é aplicada como uma consequência necessária do “cerco” e como a única forma possível pra a defesa das realizações da revolução contra a agressão e o seu complemento: a subversão interna. Como a história recente testemunha de forma eloqüente, “o inimigo interno e externo” como explicação da natureza do poder político nas sociedades pós-revolucionárias é uma doutrina perigosa que substitui a parte pelo todo, transformando uma determinação parcial em grosseira justificativa a priori do injustificável – a violação institucionalizada dos direitos e valores socialistas mais elementares.”**grifo de o proletário*

Mészáros, por não romper com Lukács, e assim com o próprio stalinismo, não pode diferenciar Bolchevismo de Stalinismo e Socialismo de Comunismo. Não pode de fato conceber o teorizado por Marx e presenciado na Comuna de Paris e melhor desenvolvido por Lênin, pela própria condição histórica da necessidade da organização do proletariado como classe. Esta organização do proletariado como classe, como partido político, capaz de, na força das idéias, teoria e prática, democracia operária, lutando para por fim à divisão do trabalho (princípio da propriedade privada), no início internamente na própria classe para si, na luta de classes, contrapõem às formulações da base material advinda da propriedade privada e da exploração do trabalho. Que mesmo em se tratando da revolução proletária em um só país ou em vários países, continuará a ser sob a regência do capital internacional.. Esta classe para si sob a força da teoria, como base material, do centralismo democrático (democracia operária) irá assim, formulando uma superestrutura concorrente à superestrutura capitalista, como já, princípios e ações representando os pressupostos de uma nova base material em gestação pela força da teoria, a propriedade comunista. Esta classe para si, inter-relacionando com a classe em si e os oprimidos em geral, se potenciarão à tomada do poder, inicialmente parcial (depende das correlações de forças e do nível de organização desta classe para si no plano internacional), instalando a ditadura do proletariado.

A ditadura do proletariado como objeto da ampliação e manutenção desta classe para si, da preparação e da tomada do poder da burguesia mundialmente. Instalando uma fase transitória (Socialismo, ditadura do proletariado), processo revolucionário mundial (na permanência da revolução), processo dialético de transformação das relações

de produção da eliminação da propriedade privada dos meios de produção mundialmente.

De dois caracteres se reveste a ditadura do proletariado: um é a socialização dos meios de produção (aqui também depende das condições em que se encontra o desenvolvimento das forças produtivas no país ou países em que o proletariado tomou o poder). Conforme citado por várias vezes em *Para Além do Capital*, e inclusive se utilizando de citações de Marx sobre tal problemática. Marx, já na polêmica de *A Ideologia Alemão*, foi conclusivo, afirmando que o socialismo só progredira em se tratando de sua aplicação e tomada de poder pela classe operária nos países que já tinham atingido um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas. Como é consenso entre a vanguarda que reivindica do marxismo em que a Rússia se tratava de país não totalmente desenvolvido. Só este fator já implicaria em uma excepcionalidade e particularidade da ditadura do proletariado nestas condições.

Trotsky foi o que melhor desenvolveu desde 1905 o conceito de revolução permanente ligeiramente tratada por Marx, da qual também desenvolveu melhor toda a concepção do desenvolvimento desigual e combinado. Em *História da Revolução Russa* este autor vai descrevê-la dentro da teoria do desenvolvimento desigual e da permanência da revolução.

Com certeza Trotsky não opôs resistência às medidas de caráter de capitalismo de Estado como a NPE, porque conhecia bem as tarefas democráticas da revolução socialista em um país, de economia desigual e combinada como era a Rússia.

Podemos afirmar hoje com certeza que não romperá com o stalinismo e com o reformismo quem não compreender o sentido e a competência das resoluções das várias particularidades dos vários

países oprimidos que conformam as economias de desenvolvimento desigual e combinado no tocante às medidas democráticas, como por exemplo, as que os diversos setores do reformismo chamam ainda hoje de reformas, como tal, a reforma agrária. Trotsky vai fundamentar que na fase imperialista do capital e de seu domínio no planeta, assim como demonstrou Lênin: as medidas de caráter democrático escaparam das mãos da burguesia nacionalista ou as chamadas “burguesias progressistas”. Que na fase imperialista do capital a burguesia se tornou totalmente incapaz de propiciar tais reformas, mesmo do ponto de vista da democratização do capital. Estas medidas de caráter democrático passaram então para as mãos do proletariado organizado como classe e para a ditadura do proletariado. De forma que a revolução socialista (proletária) cumprirá dois papéis em sua trajetória, caso o proletariado venha a tomar o poder em um país com estas características atrasadas. São elas: combinar as tarefas democráticas (pode-se dizer) de cunho mesmo capitalista, pois ainda conservará a propriedade privada e as medidas de cunho socialista.

O segundo pressuposto da ditadura do proletariado consiste totalmente inter-relacionado, inclusive, considerando a própria formação da classe para si sob os desígnios do internacionalismo proletário. A classe operária é internacional, assim como o capital. Se o pressuposto do internacionalismo (do partido mundial da revolução proletária) for desprezado, negado, e a revolução iniciada deixar de ser parte da revolução mundial, aí sim, se confirmará todo o poder do capital, impedindo como quer Mézáros em *Para Além do Capital*. Se perder a perspectiva histórica da revolução mundial, do internacionalismo proletário ou se dando o rompimento deste processo dialético da luta de classe na composição da classe para si e da

ditadura do proletariado. Seja pelas concessões de mando diretas ao capital ou no estrangulamento da democracia operária (tanto nos soviets como no Partido (não eliminando aos poucos a divisão do trabalho neste, como meta a extingui-la) com sua inter-relação). Rompendo com estes elementos da revolução proletária, estará se dando os germes realmente da futura negação do próprio processo revolucionário. Propiciando assim, sem uma conseqüente revolução política, o retorno integral do capital e, pode-se afirmar que foi exatamente esta análise totalmente acertada que fez de Leon Trotsky e os primeiros anos de vida da IV Internacional.

Dentro do processo revolucionário internacional concebendo este como permanente, como força das novas relações de produção em gestação, da nova base material da sociedade, da estrutura da sociedade, esta vai à medida que vai cessando os antagonismos de classe e derrotando e pondo fim à superestrutura da propriedade privada, com o fim da burguesia nos marcos mundiais, definindo o aparelho estatal da classe para si (da ditadura do proletariado), a própria superestrutura legalizada, advinda já da nova base material se irá se desfazendo como formalidade, se tornando força material viva, sob novas bases, em total harmonia entre as forças da natureza em si, combinando estas com as transformações dos homens a que Marx chamou segunda natureza. Só aqui podemos falar de uma sociedade sem classes e sem divisão do trabalho, dando fim aos processos das negatividades, do *Para Além do Capital*, aí sim, podemos falar de comunismo.

Quando os defensores do Estatuto Ontológico negam a politização, o poder político, a centralização e a ditadura do proletariado, estão de fato saltando por cima da fase transitória que nada mais é do que o Socialismo Científico, ditadura

do proletariado ou, conforme denominou Lênin, especificamente em se tratando da Rússia Soviética, **Governo Operário e Camponês**. Ao saltar a fase transitória do socialismo e dar correspondência a esta fase, da ditadura do proletariado, como sendo a abolição de todas as classes e de que, o proletariado não pode ser verdadeiramente vitorioso sem que produza sua própria abolição, ignorando, inclusive, a questão internacional, a revolução mundial. Não é nada mais nada menos, do que, a defesa não do socialismo em um só país e além do comunismo em um só país. Nestas condições a defesa da permanência da revolução é mera falsificação. Aliás, as posições dos defensores do Estatuto Ontológico, como sendo o pensamento de Marx, significa a falsificação da falsificação. Ou seja: O Stalinismo falsificou a história e os ensinamentos de Marx, com a defesa do socialismo em um só país; já os defensores do estatuto Ontológico estão a falsificar os falsificadores stalinistas e aprofundando a negação do Marxismo em nome do próprio Marx. Perguntamos? Seria isto mesmo o negar-se a si mesmo a que se

refere Mészáros na fase da ditadura do proletariado?

Com o método de conhecimento em que o “sujeito” determina o objeto “em nome da dialética”, só podem fazê-lo com total cegueira e mesmo assim, sem nenhuma noção do Sistema Braille, restando desta feita cegos e sem sentidos. Vejamos:

Na mesma página 1013 de Para Além do Capital de Mészáros. – *“Nem o abrangente termo mágico “burocratismo” – que cobre quase tudo, inclusive a avaliação de sistemas sociais qualitativamente diferentes, abordados de pontos de vista opostos, de Max Weber a alguns seguidores de Trotsky – oferece uma explicação significativa sobre a natureza do poder político nas sociedades pós-revolucionárias, já que aponta apenas para algumas aparências óbvias, enquanto deixa de lado as suas causas. Em outras palavras, apresenta o efeito de uma determinação causal de longo prazo como se fosse em si uma explicação casual”*.

### **Dois aspectos estão envolvidos nesta polêmica**

Escrever 1105 páginas sobre a sociedade pós-revolucionária (para além do capital) e não referenciar aos contrapostos da vigência da democracia com o engendramento da burocratização, como sendo os elementos da ditadura do capital e sua contraposição no poder Soviético, na democracia operária; negar a caracterização da burocracia como introdutora e mantenedora dos princípios da propriedade privada e por tanto da divisão do trabalho e do capital, mesmo em se tratando de um Estado pretensamente operário é de fato de uma cegueira sem limites. Este fator está totalmente relacionado com a questão da classe organizada como classe (como partido político) e totalmente inter-relacionado com

o poder dos soviets e a ditadura do proletariado.

Escrever 1105 páginas sem falar dos pressupostos da dialética marxista relacionada à força material da teoria em que se inter-relaciona com a democracia operária, o centralismo democrático e os objetivos e princípios comunistas é de uma cegueira e falsificação sem limites em se tratando de obra com pressuposto marxista e para além do capital. – *“- As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens. A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdade face ao homem, desde que se*



*torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem. A prova evidente do radicalismo da teoria alemã e, portanto, de sua energia prática, consiste em saber partir decididamente da superação positiva da religião. A crítica da religião derruba a idéia do homem como essência suprema para si próprios.*

Poderíamos falar que diante do calor da luta de classes, que mesmo e principalmente por ter o proletariado russo tomado o poder do Estado em um país atrasado de economia desigual e combinada, de maioria camponesa, com uma internacional comunista para se construir, visto a traição da II Internacional. As pressões exercidas pela burguesia mundial que inclusive, pelas mãos dos líderes da social democracia assassinaram Rosa Luxemburgo e Karl Libknecht refletia internamente. Que neste caldeirão de luta de classes o bolchevismo na personificação de seus principais dirigentes tenha cometido erros principalmente em se tratando do poder soviético, do limite da democracia operária enquanto Sovietes e tentando representar o proletariado em uma melhor composição no Comitê Central do Partido mesmo em vida de Lênin. Que foram obrigados a tomar decisões de cunho mesmo de capitalismo de Estado, como foi a NPE. Mas de negar o internacionalismo proletário, defender o socialismo ou o comunismo em um só país em nome de Marx se trata de uma petulância maior, não mero erro, e sim, traição mesmo, como se constituiu o stalinismo.

Um as boas perguntas há de serem feitas a Mészáros, aos autores do pensamento Ontológico de Marx e às várias correntes de pensamentos revisionistas do marxismo. Como a classe para si e o proletariado organizado como classe anterior ao processo da tomada do poder, no processo da conquista e da tomada do poder da burguesia se formou e se organizou? Foi pela mais rígida centralização, democracia operária e de uma disciplina

interna rígida, com o centralismo democrático? Como exercício da democracia operária em se tratando de partido melhor desenvolvido por Lênin, que foi capaz de produzir teoria e programa, ou foi obra do acaso? Esta organização do proletariado como classe foi capaz de interpretar os anseios da classe, de organizá-la e se inter-relacionar de forma a tornar possível a tomada do poder, por quê? Pode explicar Mészáros o que entende por base material referida por Marx? Pode explicar melhor esta citação da página 1026 e que se encontra em várias outras citações – *“É porque a ditadura do proletariado não pode remover as “contradições da sociedade civil” abolindo ambos os lados do antagonismo social, incluindo o trabalho – ao contrário, tem que visar o apropriação deste último em função da absolutamente necessária “base material”?* Ora, enquanto da vigência da ditadura do proletariado, se torna absolutamente intrínseco os antagonismos de classe e é exatamente por isto que se faz necessária sua existência nesta fase transitória. Por acaso a burguesia mundial e sua superestrutura remete pressões de classe dominante no interior da própria classe operária (sem levar em conta todo o caráter de atraso e papel do campesinato especificamente do caso russo) como país em transição na fase da ditadura do proletariado? Por acaso concebem contraditoriamente os autores da ontologia humana, sem romper com a negação do marxismo do socialismo em um só país que a ditadura do proletariado tem uma forma química e está representada na fase stalinista de rompimento com o internacionalismo proletário, com a democracia operária e com todos os crimes que cometeu? Por acaso não analisam os autores que o stalinismo incorporou as pressões da burguesia mundial fazendo das dificuldades e antagonismos, das

medidas excepcionais adotadas em função da crise e momento para torná-las princípios da negação do legado marxista? Não perceberam os autores que os stalinistas que não foram capazes de romper com esta traição ao marxismo acabaram por negar o próprio marxismo,

dando a este, por exemplo, a expressão de socialismo de mercado ou, como quer o próprio Mészáros, com a concepção de pluralismo?

### **A concepção pluralista de Mészáros e a negação do bolchevismo e do próprio Marx.**

A concepção pluralista de Mészáros e dos autores do Estatuto Ontológico advém do idealismo que acaba tomando força no materialismo humanista do Ser Social como sujeito.

Esta concepção se desmascara quando da análise das contradições presentes nas fundamentações teóricas e do combate do partido centralizado e de vanguarda, melhor fundamentado por Lênin, bolchevismo. Quais os pressupostos?

Na página 776 de *Para Além do Capital*, o autor transcreve citação de Max em que este demonstra o poder do capital em sua relação compulsória que – “...Certamente, a própria relação de produção cria uma nova relação de dominação e subordinação (e esta também produz expressões políticas etc., de si mesma”.

O que o autor propõe para a resolução do problema apontado por Marx da modelação da superestrutura pela base material (estrutura) da sociedade? – página 777 – “Contra este fundo socioeconômico, dado o poder verdadeiramente isolador e mistificador do próprio processo de reprodução material, só a consciência socialista – dede que ela se apodere das massas trabalhadoras – pode produzir um modo

*alternativo viável de controle da reprodução sociometabólica”.*

*-Página 778 “Dessa forma, a estratégia marxiana original de e opor à fragmentação e à atomização do trabalho por meio de partidos socialistas internacionalmente orientados, que cumpriram a sua missão histórica no desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores como “consciência de massa”, tinha que entrar em colapso diante do sucesso da expansão global e do poder mistificador da relação capital que se reproduz diariamente de forma ampliada pelo mercado. É por isso que a “dissolução do setor ativo e dotado de consciência de classe do proletariado na massa amorfa de um eleitorado” pela ação da socialdemocracia reformista teve sucesso nos países de capitalismo avançado. Sob este aspecto, o notável contra-exemplo foi o partido “socialdemocrata” de Lênin, completamente diferente, que conquistou o poder do Estado na Rússia. Mas o partido bolchevique não era uma exceção à regra geral de acomodação socialdemocrata que prevaleceu no Ocidente sob o impacto da livre expansão do capital”.*

### **Capítulo 18 de para além da falsificação de Marx, página 786 - 860**

#### **“Atualidade Histórica da ofensiva Socialista”**

Neste capítulo temos grosseiras e absurdas citações referenciadas a Marx.

Temos uma orientação para intervenção no momento histórico da luta de classes,

por mais que esta expressão não seja usada, mesmo se tratando de polêmicas reivindicadas em Marx. Infelizmente, o recurso das várias citações será usado, pois facilitará a todos em uma conferência e eliminará qualquer dúvida quanto à veracidade dos fatos.

O autor de *Para Além do Capital* inicia o capítulo com uma desafiadora introdução podemos chamá-la assim: - “A atual “crise do marxismo” se deve principalmente ao fato de que muitos dos seus representantes continuam a adotar uma postura defensiva, numa época em que, tendo acabado de virar uma página histórica importante, deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista em sintonia com as condições objetivas. Paradoxalmente, os últimos 25 anos, que progressivamente manifestaram a crise estrutural do capital – e daí o início da necessária ofensiva num sentido histórico -, também testemunharam a disposição de muitos marxistas, maior do que nunca, de buscarem novas alianças defensivas e se envolverem com todos os tipos de revisões e compromissos em grande escala, ainda que não tenham, realmente, nada para mostrar como resultado de tais estratégias fundamentalmente desorientadoras” página 786 de *para além do capital*.

Para clarificar o debate, o autor entende como luta defensiva, por exemplo, o trabalho legal e ilegal, cita a concepção de partido de Lênin como estruturação defensiva. Também o autor remete às lutas reformistas, a atuação nos sindicatos, partidos e parlamento. Como luta ofensiva Mészáros vai qualificá-la de “manifestações combinada dos fatores prático-institucional e ideológico, seria ingênuo esperar uma solução no que muitos gostam de descrever como “clarificação ideológica”. De fato, enquanto os dois devem desenvolver-se juntos nessa reciprocidade dialética, o “übergreifendes Moment” (momento

predominante) na conjuntura é a estrutura prático/institucional da estratégia socialista, que precisa reestruturar-se de acordo com as novas condições”.. ..”Agora o objetivo é acentuar uma contradição principal: a ausência de instrumentos políticos adequados que puderam transformar esta potencialidade do domínio das mitologias passadas sobre a autoconsciência das organizações envolvidas, descrevendo o partido leninista, por exemplo, como a instituição da ofensiva par excellence”. Página 789. Como vemos para Mészáros a construção do partido centralizado, leninista é uma mitologia a ser superada. ... “Mas, até mesmo em termos organizacionais básicos, o “Partido de Vanguarda” foi constituído de forma a poder se defender dos ataques cruéis de um Estado policial, sob as piores condições possíveis de clandestinidade, das quais inevitavelmente decorreu a imposição do segredo absoluto, de uma estrutura rígida de comando, de centralização etc. Se compararmos a estrutura autodefensivamente fechada deste partido de vanguarda com a idéia original de produzir “consciência comunista em escala de massa” – com a consequência necessária de uma estrutura organizacional inerentemente aberta -, teremos uma medida da diferença fundamental entre uma postura defensiva e uma ofensiva” página 789.

De fato, os defensores do Estatuto Ontológico de Marx não deixam pedra sobre pedra das formulações históricas resultadas: da teorização e experiência da luta de classes internacional.

Primeiro temos que esquecer tudo, a experiência histórica se transformou em mitologia. Temos que voltar a Marx, desconstituir o tecido, fruto da mais ensangüentada elaboração coletiva na história, curiosamente em nome do combate à divisão hierárquica do trabalho e do para além do capital. Bom,

tudo se fez mitologia, a violência do capital se desfez; agora é a vez das organizações abertas, livres, práticas/institucionais.

Os conceitos construídos no caldeirão da luta de classes pelo proletariado mundial agora darão lugar aos conceitos institucionais e da passividade do bom pastor. De fato temos que dar *um viva a Feuerbach* – que resumiu a filosofia contemporânea como obra da teologia. De fato, Feuerbach deu um passo à frente em relação a Hegel, combatendo a filosofia religiosa e, em certo ponto, o idealismo, chegando ao materialismo, mesmo que ainda fora da realidade, da história e da dialética. Os autores (Mészáros) partiram de Feuerbach e regrediram deste até a teologia.

Quem diria! A revolução de 1917, que reuniu forças contrárias de todo o poder do capital internacional, todo o ódio mortal da burguesia mundial; que retardou guerras entre os burgueses, que juntou inimigos poderosos em conflitos de morte em uma santa aliança, na liga das nações, que iria se transformar na caricatura de organização mundial do capital nos dias de hoje, a ONU. Nunca na história a consígnia do Manifesto do Partido Comunista, de burgueses versus proletários, esteve tão em evidência com a ascensão do proletariado russo ao poder. Qualificar este acontecimento histórico de revolução política é brincar de teorizar em Marx.

Na página 790, transcreve uma citação de obras escolhidas de Lênin de 1915, anterior à própria Revolução Russa e em seguida, profetiza: Em negrito e em itálico citação de Lênin, logo em seguida só em itálico citação do autor de *Para Além do Capital* - ***“revoluções políticas não podem em caso algum, nunca e em nenhuma condição, encobrir ou enfraquecer a palavra de ordem da revolução socialista ... que não pode ser encarada como um só ato, mas deve ser encarada***

***como uma época de tempestuosas convulsões políticas e econômicas, de guerra civil, de revoluções e contra-revoluções”***. – *“Neste espírito, ele esperou que a revolução política de Outubro abrisse a “época de tempestuosas conclusões políticas e econômicas”, que se manifestaria no mundo inteiro por toda uma série de revoluções, até que as condições de uma vitória socialista estivessem firmemente asseguradas. Quando a onda de motins revolucionários se esgotou sem resultados positivos importantes em outras partes, Lênin observou racionalmente que não se poderia devolver o poder aos czares, e continuou o trabalho de defender o que fosse possível naquelas circunstâncias”*.

Em seguida sentença as controvérsias de Stálin e uma fraseologia da negatividade e do “positivismo em Marx” para negar inclusive a luta econômica pelas reivindicações transitórias.

Mészáros, pelo seu espírito de bom pastor não pode, com todo seu arcabouço intelectual de acadêmico e de “teórico marxista”, perceber a função histórica do fascismo. Por várias partes de sua obra escreve e relata a crise estrutural do capital, referindo inclusive aos 25 anos que separa a edição desta obra em 1995, como marco da crise estrutural do capital no regime capitalista. O que por si só já se trata de um equívoco. O fascismo, com a crise estrutural do capitalismo está mais vivo que nunca. Temos presenciado no mundo inteiro tal fenômeno. Na Alemanha, na Itália, as tendências fascistas estão vivas e atuantes. Os estados nacionais, diante da crise monstruosa do capitalismo e sua trajetória para a barbárie, têm instrumentalizado no interior do próprio estado os elementos fascistas de seleção, de conspiração contra o movimento independente, de violência absoluta. Tem se tornado quase que normalidade no seio dos bolsões de miséria, das

favelas, dos bairros operários, a interligação das forças legais de repressão com as forças paramilitares do serviço reservado. Temo grandes regiões em que as ações fascistas têm se utilizado de grupos de jovens cada vez mais abertamente. Na Colômbia, o melhor exemplo de ações paramilitares e de cunho fascistas de destruição e proibição das organizações independentes dos oprimidos se entrelaça com o tráfico de drogas.

O grande acadêmico e teórico não pode sentir os rincões da barbárie e, mais uma vez teoriza – *“O que realmente importa é que, concomitantemente à crise de 1929-33, o capital tinha a opção do fascismo (e soluções semelhantes), opção que já não possui hoje. E, objetivamente, isso faz uma grande*

*diferença no que tange às possibilidades de ação defensiva e ofensiva”* – página 793.

Grande confusão e adaptação demonstra o autor quando trata dos sindicatos, partido, parlamento e Estado. Teoriza como sendo um sonho romântico a utilização dos sindicatos para o combate ao “Estado Político”. Por acaso algum Estado deixa de ser político? Quando trata do parlamento nega-o e o transforma em objeto de legislação revolucionária. Que os sindicatos e a trajetória política destes, da 2ª Internacional e 3ª Internacional se deram como política defensiva e totalmente atrelada ao parlamento.

### **Vejamos a pérola em que se mete Mészáros:**

*“ O Parlamento, em particular, tem sido objeto de uma crítica muito justificada, e até hoje não há teoria socialista satisfatória sobre o que fazer com ele após a conquista do poder: um fato que eloquentemente fala por si mesmo. Apesar de os clássicos do marxismo terem lutado contra “a indiferença à política” e a defesa igualmente sectária do “boicote ao Parlamento”, eles não conseguiram imaginar um “estágio intermediário” (que, na verdade, poderia ser uma fase histórica muito longa). Um estágio que significativamente retivesse pelo menos algumas características importantes da estrutura parlamentar herdada, enquanto o longo processo de reestruturação radical fosse realizado na ampla escala necessária. Por exemplo, Marx implicitamente levantou esta possibilidade numa digressão surgida no contexto da mudança revolucionária associada ao uso de força como norma. Em um discurso importante mas pouco conhecido, foi*

*assim que ele tentou resolver o problema:*

*O trabalhador vai algum dia ter que ganhar a supremacia política para organizar o trabalho segundo novas linhas: ele terá que derrotar a política velha que apóia velhas instituições...*

*Mas nós não temos, de modo algum, afirmado que esta meta seria alcançada por meios idênticos. Nós conhecemos as concessões que temos que fazer às instituições, aos costumes e tradições dos vários países; e não negamos que há países como os Estados Unidos, a Inglaterra, e eu acrescentaria a Holanda se conhecesse melhor suas instituições, onde os trabalhadores podem alcançar a sua meta através de meios pacíficos. Se isto é verdade, também temos de reconhecer que na maioria dos países continentais é a força que deverá ser a alavanca de revoluções; é a força que teremos algum dia que recorrer para estabelecer um reinado do trabalho”<sup>1</sup> -*

---

<sup>1</sup> - Na nota original de *Para Além do Capital* esta anotação comparece como “8” - “Anotação de um repórter sobre o discurso feito por Marx na reunião

página 794 de *para além do capital* de István Mészáros

- “Como o Parlamento afeta profundamente todas as instituições da luta socialista que porventura estejam intimamente ligadas a ele, seguramente deve ser “tanto pior”. E, se se acrescenta a consideração – levantada por Marx como uma possibilidade histórica séria, e não como um gesto vazio de propaganda fracionista de partido – de que a mudança revolucionária possa usar meios pacíficos como veículo, neste caso torna-se ainda mais imperativo reorientar radicalmente a “sabedoria parlamentar” para a retroalimentação de objetivos socialistas”. – página 794 de *para além do capital* de István Mészáros

István Mészáros, a partir de uma reportagem (ver nota 1) atribuída à fala de Marx - passa a conceber a possibilidade de ação no sentido de alavancar a revolução, inclusive por via pacífica, legislativa na utilização do parlamento, não como tribuna e no sentido dos 4 primeiros Congressos da 3ª Internacional e sim, como reforma da legislação no sentido da regulamentação Socialista, como ação ofensiva radical Socialista, renegando toda luta histórica anterior como defensiva.

“Com este posicionamento político como base programática, torna-se natural e rotineiro as citações de *Para Além do Capital*, como: -” O “partido de vanguarda” de Lênin reteve algumas características organizacionais constituídas na ilegalidade e na luta pela mera sobrevivência contra o Estado policial czarista. Mas, ao se tornar o governante inquestionável do novo Estado, deixou de ser um partido leninista e se tornou o Partido-Estado, impondo e também sofrendo todas as conseqüências que esta mudança

necessariamente acarreta. Assim, fica extremamente difícil, senão impossível, a transferência do poder de um conjunto de indivíduos a outro (uma ocorrência comicamente comum na estrutura parlamentar), ou até mesmo uma mudança parcial na política quando se alteram as circunstâncias”.- (Página 795).

---

celebrada em Amsterdã em 8 de setembro de 1872(cf. MEW, vol. 18, p. 160)”.

**Segundo o autor, a partir dos anos 70 começamos a experimentar uma crise estrutural do capital. Esta virada na situação política coloca a necessidade de uma fase histórica da ofensiva socialista, como:**

***“Capítulo 18.3 A pluralidade de capitais e o significado do pluralismo socialista”***

O autor vai discutir a questão da unidade do movimento dos trabalhadores. Argumenta que, na história precedente esta questão fora tratado na pura formalidade, ou seja, se traçava uma política de unidade sem, no entanto, respeitar a pluralidade de pensamento, traçava-se uma unidade do interesse do partido do líder.

O problema é a constituição de uma consciência de massa socialista. Atribuindo a Marx, principia esta unidade: “1) *permanecer fiel aos princípios socialistas, e 2) desenhar programas de ação viáveis e flexíveis para as várias forças que compartilham os amplos objetivos comuns da luta.*

Baseado nas discussões do Congresso de Gotha, sentencia:

*“não é mais possível conceder as formas imprescindíveis de ação comum sem uma articulação estratégica consciente de um pluralismo socialista que não só reconhece as diferenças existentes, mas também a necessidade de uma adequada “divisão do trabalho” na estrutura geral de uma ofensiva socialista. Em oposição à falsa identificação da “unidade” como o único meio de proporcionar princípios socialistas (enquanto, na realidade, a perseguição irreal e a imposição de unidade trouxeram com elas as necessárias concessões sobre princípios, permanece válida a regra de Marx: não pode haver barganha sobre princípio”.*

*- “Mais o anverso desta regra é igualmente válido, qual seja: a condição elementar para se realizar os princípios de uma transformação socialista (que, afinal de contas, envolve a totalidade dos “produtores associados” no empreendimento comum de mudar “de alto a baixo as condições da sua existência industrial e política e, por*

*consequente, toda a sua maneira de ser”) é a produção de uma consciência de massa socialista na única forma possível de ação comum que se autodesenvolve. E a última, claro, só pode resultar dos componentes verdadeiros autônomos e coordenados (não hierarquicamente comandados e manipulados) de um movimento inerentemente pluralista”. – (página 812).*

O autor faz questão de se diferenciar dos “princípios organizativos” de Bakunin e outros anarquistas e de todas as empecieis de “voluntarismo subseqüentes”. Qual será esta diferenciação?

Nesta fase de crise estrutural do capital (fase de transição para o socialismo) está colocada uma articulação estratégica consciente de um pluralismo socialista, tendo como principio a produção de uma consciência de massa socialista. Contrapondo-se a visão estratégica de uma convergência espontânea da consciência instintiva das massas populares.

Desculpe-nos as constantes citações, mas para uma compreensão e mesmo para uma averiguação de nosso posicionamento, faz-se necessário as mesmas.

*“Naturalmente, se a revolução é vista como de caráter primordialmente político – em lugar de uma revolução social multidimensional, e, portanto necessariamente “permanente”, como Marx a definiu -, a produção e a preservação da unidade superam tudo em importância. Porém, quando se reconhece que a conquista do poder é somente o ponto de partida para revelar as reais dificuldades e contradições desta transformação “de alto a baixo, de toda maneira de ser” dos produtores associados – dificuldades e contradições muitas das quais não podem*

*sequer ser imaginadas antes de ser encontradas de fato no curso da própria transformação em andamento -, então a necessidade de estratégias genuinamente pluralistas se afirma como uma questão de urgência imediata como de importância contínua”- Página 813.*

*“-Assim como o capital é estruturalmente incapaz de pluralismo (com a exceção de uma espécie mito limitada, que também tem se tornado cada vez mais restrita com o avanço da concentração e da centralização necessárias do capital), o empreendimento socialista é estruturalmente irrealizável sem uma articulação plena com os múltiplos projetos autônomos (“auto-administrado”), e, por isso, irrepreensivelmente pluralista da revolução social em andamento” página 816.*

Como vemos esta transição da fase da crise estrutural do capital, contrapondo ao caráter monopolizador deste, nas organizações autônomas se processará a revolução social verdadeira, “permanente como afirmou Marx”. Assim intrinsecamente ao pluralismo (indefinido com bases em princípios aos olhos e razão dos defensores do tal Estatuto Ontológico, em nome de Marx), nos marcos da democracia burguesa e do domínio do capital internacional estará se processando sem prazos fixos a revolução social. Puro idealismo, só podendo concluir com a conscientização socialista das massas sem a conseqüente transformação das bases materiais da sociedade, ou melhor, com o

pluralismo e as organizações autônomas, parece que se concretiza a base material socialista, assim, tornando possível a conscientização em massa. Com este feito a produção da vida sob os meios de produção coletivos e a apropriação desta produção também coletiva, como chegaram as conclusões de Marx e Engels como formador da consciência comunista, da superestrutura socialista e o conseqüente definimento desta superestrutura pelos trabalhadores livremente associados acaba por ter um atalho, assim como o atalho de Bakunin e ainda, de forma pacífica. Bravo um mundo novo realmente será possível e está certo a consigna do Fórum Social Mundial, ora veja que transcendental. Estamos em transição para o comunismo e esta história que o capitalismo decadente caminha para o desenvolvimento da barbárie, ainda bem que não é verdade. Podemos respirar mais tranquilos, nem será preciso construir o partido revolucionário mundial, programa, internacionalismo, isto é muito complicado, tem traição, como Stalin, tem isto tem aquilo, não rompe com o capital. - *“Na realidade, não existe alternativa ao programa de Marx de constituir uma consciência socialista de massa pelo empreendimento prático de se engajar numa ação comum realmente possível e inerentemente pluralista” – página 817.*

**Para chegarmos nesta sociedade de produtores associados, para a derrota final do capital, para além do capital, vejamos os pontos de programa de Mészáros:**

*- “Assim, a verdadeira questão é como estabelecer firmemente uma direção global a ser seguida, ao mesmo tempo em que se reconhecem plenamente as circunstâncias limitadoras e o poder de imediatividade que se opõem a atalhos ideais. A revolução social marxiana define o período de transição em termos de objetivos identificáveis, junto com as mediações teóricas, materiais e instrumentais*

*necessárias para sua realização. Nesse sentido, para relacionar alguns tópicos vitais, é necessário investigar como seria possível:*

*(1) produzir uma mudança radical e ao mesmo tempo salvaguardar a continuidade necessária do sociometabolismo (que pede a aplicação prática contínua entre continuidade e descontinuidade);*



(2) reestruturar “de alto a baixo” todo o edifício da sociedade, que simplesmente não pode ser derrubado com a finalidade de uma reconstrução total, como vimos na Parte II;

(3) passar da atual fragmentação das forças sociais à sua coesão no empreendimento criativo dos produtores associados (que implica o desenvolvimento bem-sucedido da consciência de massa socialista, resultado de se assumir responsabilidade pelas conseqüências das práticas produtivas e distributivas auto-administrativas);

(4) realizar genuínas autonomia e descentralização dos poderes de decisão,

em oposição à sua concentração e à sua centralização existentes, que não podem de modo algum funcionar sem “burocracia”;

(5) transcender a divisão e a “inércia circular” entre sociedade civil e Estado político pela unificação das funções de trabalho e tomada de decisão;

(6) abolir o segredo de governo, predominante por toda parte, instituindo uma nova forma de autogoverno aberto pelas pessoas interessadas” página 820-821 de Para Além do Capital.

### **Para aguçar a confusão veja só a relação deste processo revolucionário “permanente” e a revolução de outubro:**

-“mas na atividade de vida produtiva e distributiva autodeterminada dos indivíduos sociais em todo domínio singular e em todos os níveis do processo sociometabólico. Isto é o traço a linha de demarcação entre a revolução socialista, que é socialista em sua intenção – como a Revolução de Outubro de 1917 -, e a “revolução permanente” de

transformação efetiva. Sem a transferência progressiva e total da tomada de decisões reprodutivas e distributivas materiais aos produtores associados não pode haver esperança para os membros da comunidade pós-revolucionária de se transformarem em sujeitos do poder” – página 831.

### **Mészáros, o Parlamento e o para além do capital:**

-“Devemos também salientar que a prática materialmente efetiva das estruturas reprodutivas dominantes por meio de ação e organização extraparlamentar não implica a ausência de leis nem mesmo a rejeição apriorística do próprio Parlamento. Envolve, contudo, a contestação organizacionalmente sustentada dos limites cerceadores favoráveis ao capital, que as tendenciosas “regras do jogo” parlamentar impõem ao trabalho, como antagonista do capital. Naturalmente, mesmo numa genuína sociedade socialista do futuro, não se pode ignorar a questão da legislação nem agir como se fosse inexistente. O que decidira a questão será a relação entre os produtores associados e as regras que eles definirão para si próprios graças a formas apropriadas de tomada de decisão. Certamente, Marx estava convencido de que, numa sociedade socialista

desenvolvida, muitas das inevitáveis exigências de regulamentação exigidas poderiam ser atendidas por meio dos costumes e tradições estabelecidos pelas decisões autônomas e inter-relações espontâneas dos indivíduos que vivem e trabalham numa estrutura de sociedade não-concorrencial. Sem isso, é inconcebível a supressão da política como esfera alienada, tornando impensável também o “fenecimento do Estado”. Mas também é claro que, para o futuro previsível, muitas das exigências de regulamentação geral devem permanecer associadas a procedimentos legislativos formais. Por isso, “a sabedoria parlamentar de iludir os outros e iludir-se ao iludi-los”, citada na seção 18.1.3, deve ser considerada “tanto pior” e não “tanto melhor”” página 859 de para além do capital.

## Conclusões

Os autores do Estatuto Ontológico partiram do combate de Marx à ideologia Alemã, tentaram compreender o que se passava com o método de conhecimento em que o sujeito determina o objeto. Avançaram nas concepções feuerbachianas de que o ser como indivíduo determinava a autoconsciência, se apegaram mecanicamente em Marx dando um salto “qualitativo” em Feuerbach não mais remetendo ao ser individual como produtor da autoconsciência e sim na transformação absoluta do sujeito, agora, Ser Social como formador da consciência socialista. Desta forma podemos dizer que Lukács deu forma teórica aprofundando Feuerbach, chegando a uma teorização que podemos chamá-la de humanismo “marxista”, não compreendendo então, o objeto da polemica de Marx e Engels da conquista chegada por este dois então jovens teóricos do movimento operário internacional da concepção do materialismo, histórico e dialético.

Com a iniciação em Lukács, “grande Filósofo” do século XX que acabou por entrar em ramificações morais e estéticas do sujeito Ser Social, remetendo a consciência de classe à uma homogeneização ideária da classe em si, exportando este conceito para as diversas classes sociais. Entrelaçou-se em Gramsci potenciando o Ser Social autônomo e a produção da consciência, aproximando-se das idéias de Bakunin. Não rompeu com Stálin no que tinha de mais essencial que era a “teoria” do Socialismo em um só país. Seus seguidores como J. Chasin e Mészáros acabaram por criticá-lo rompendo com a estética e a moralidade da classe operária, mas se mantiveram principista na origem do “grande Filósofo” introdutor o Estatuto Ontológico. Desenvolveram toda uma concepção do método onto-prático de conhecimento como sendo o método marxiano.

István Mészáros foi além! Deu seguimento as idéias de Lukács e principalmente desenvolveu a velha

aspiração deste, de teorizar sobre a transição e para além do capital. Mészáros foi realmente longe! Rompeu com o Socialismo em um só País sem, no entanto romper com este. Assim como Chasin rompeu com Lukács nas suas idéias periféricas, prosseguindo no desenvolvimento “teórico” das idéias lukacsianas do humanismo como base social. Combateu o parlamento e remeteu a este transformado pela pressão ou por obra do acaso, como legislativo comunista. Negou Marx mais uma vez quando não remeteu a luta de classes e a violência como parteira de todo processo histórico. Fez uma mistura e escreveu maravilhas do para além do capital, com as organizações autônomas se liberando deste como por encanto, desenvolveu uma linha política, contra uma política acanhada de culturalismo em matéria de transformação da superestrutura, com o desprezo das à modelações intrínsecas à propriedade privada dos meios de produção. Em nome do formalismo do combate a propriedade privada saltou para o idealismo. Não remeteu a inter-relação da propriedade privada dos meios de produção, a democracia como sendo a ditadura deste capital, sua manifestação na burocracia e no capitalismo de Estado, não contrapondo aos Sovietes e a Democracia operária. Por não ter rompido com o stalinismo, não saindo da sua essência, o socialismo em um só país, não ter tirado lições da burocratização dos Sovietes e a separação deste do proletariado, fez da transição do capitalismo ao comunismo período de crise estrutural do capital negando assim, a fase do socialismo científico, como sendo a fase da ditadura do proletariado.

### Nota (1) de o Proletário

O presente artigo publicado neste Proletário 62 será ainda trabalhado com vários outros aspectos da obra de Mészáros de Para Além do Capital. Será também complementado com uma análise da

brochura de Mészáros intitulada “A Educação para Além do Capital” (Editorial Boitempo). Obra editada em razão de palestra proferida por Mészáros por ocasião da abertura do Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre, no dia 28 de julho de 2004. Com as complementações e algumas correções será publicado brevemente como forma de brochura, a qual conterà também uma posição política em

relação ao revisionismo do marxismo e o Fórum Social Mundial.

#### **Nota (2)**

Segue como parte do presente artigo as publicações de: o Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política" e Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel também de Marx

**.-(Karl Marx- Para crítica da Economia Política – Prefácio- página 529-533- Obras escolhidas, Tomo I, Edições “AVANTE” – Lisboa- Edições Progresso – Moscovo – 1982..**

### **Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política”**

#### **Karl Marx**

Estudo o sistema da economia burguesa nesta ordem: capital, propriedade do solo, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior, mercado mundial. Sob os três primeiros títulos, investigo as condições econômicas de vida de três grandes classes em que se divide a moderna sociedade burguesa; a conexão entre os três títulos restante salta à vista. A primeira seção do livro primeiro que trata do capital, contém os seguintes capítulos: 1) a mercadoria; 2) o dinheiro ou circulação simples; 3) o capital, em geral. Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente fascículo. Tenho diante de mim todos os materiais da obra na forma de monografias, redigidas a grandes intervalos de tempo para o esclarecimento das minhas próprias idéias e não para publicação; a elaboração sistemática de todos esses materiais, de acordo com o plano estabelecido, dependerá de circunstâncias externas.

Embora tenha esboçado urna Introdução geral, prescindindo dela, pois bem pensadas as coisas, creio que adiantar resultados que vão ser demonstrados, seria antes um estorvo, e o leitor que queria realmente acompanhar-me deverá estar disposto a seguir do particular para o geral. Por outro lado, parecem-me oportunas aqui

algumas referências à trajetória dos meus estudos de economia política.

Os meus estudos profissionais eram os de jurisprudência, com que, todavia, só me preocupei como disciplina secundária, ao lado da filosofia e da história. Em 1842-43, sendo redator da Gazeta Renana1 vi-me pela primeira vez no difícil transe de ter que opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates da Dieta renana sobre a destruição furtiva e o parcelamento da propriedade do solo, a polêmica oficial mantida entre o sr. von Schaper, na ocasião governador da província renana, e a Gazeta Renana sobre a situação dos camponeses do Mosela e, finalmente, os debates sobre o livre câmbio e o protecionismo levaram-me a ocupar-me pela primeira vez de questões econômicas. Por outro lado, naqueles tempos em que o bom desejo de 'marchar na vanguarda" superava de muito o conhecimento da matéria, a Gazeta Renana deixava transparecer um eco do socialismo e do comunismo, francês, tingido de um leve matiz filosófico. Declarei-me contra aqueles embustes, m confessando ao mesmo tempo, de modo categórico, numa controvérsia com a Gazeta Geral de Augsburg<sup>2</sup>, que os meus estudos até então não me permitiam aventurar nenhum juízo sobre o conteúdo propriamente dito das tendências francesas.

Em vez disso, aproveitei avidamente a ilusão dos gerentes da Gazeta Renana, que acreditavam que, suavizando a atitude do periódico, conseguiriam a revogação da sentença de morte já decretada contra ele, para retirar-me da cena pública para meu quarto de estudo.

O meu primeiro trabalho, empreendido para resolver as dúvidas que me assaltavam, foi uma revisão crítica da filosofia hegeliana do direito, trabalho cuja introdução veio a lume em 1844, nos Anais Franco-Alemães<sup>3</sup>, que se publicavam em Paris. A minha investigação desembocava no resultado de ,que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de "sociedade civil", e que a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política. Em Bruxelas, para onde me transferi, em virtude de uma ordem de expulsão imposta pelo sr. Guizot, tive ocasião de prosseguir nos meus estudos de economia política, Iniciados em Paris.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é

que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre, que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização. A grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de

produção são a última forma antagonica do processo social de produção, antagonica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana.

Engels, com quem mantive constante intercâmbio escrito, de idéias, desde a publicação do seu genial esboço sobre a crítica das categorias econômicas (nos Anais Franco-Alemães), havia chegado por caminho diferente (veja-se o seu livro A Situação da Classe Operária na Inglaterra) ao mesmo resultado que eu. E quando, na primavera de 1845, ele se estabeleceu também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em conjunto para opor o nosso ponto de vista ao ponto de vista Ideológico da filosofia alemã; na realidade, liquidar com a nossa consciência filosófica anterior.

O propósito foi realizado sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito - dois grossos volumes in octavo<sup>4</sup> - já estava há muito tempo na Vestfália, no lugar em que deveria ser editado, quando nos inteiramos de que novas circunstâncias imprevistas Impediam a sua publicação. Em vista disso, entregamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, de muito bom grado, pois o nosso objetivo principal- esclarecer as nossas próprias idéias, já estava alcançado. Entre os trabalhos dispersos em que, por aquela época, expusemos ao público as nossas idéias, sob vários aspectos, só citarei o Manifesto do Partido Comunista, redigido em colaboração por Engels e por mim, e um Discurso Sobre o Livre Câmbio, que publiquei. Os pontos decisivos da nossa concepção foram expostos pela primeira vez, cientificamente, embora só em forma polêmica, na obra Miséria da Filosofia, etc.,

publicada por mim em 1847 e dirigida contra Proudhon. A publicação de um estudo escrito em alemão sobre o Trabalho Assalariado, que reunia as conferências pronunciadas por mim sobre este tema, na Associação Operária Alemã de Bruxelas, foi interrompida pela Revolução de Fevereiro, que trouxe como consequência o meu afastamento forçado da Bélgica

A publicação da Nova Gazeta Renana (1848-1849) e os acontecimentos posteriores interromperam os meus estudos econômicos, que só pude reiniciar em 1850, em Londres. Os imensos materiais para a história da economia política acumulados no British Museum, a posição tão favorável que oferece Londres à observação da sociedade burguesa e, finalmente, a nova fase de desenvolvimento em que parecia entrar esta com a descoberta do ouro da Califórnia e da Austrália, me impulsionaram a recomeçar do princípio, abrindo caminho, de modo crítico, através dos novos materiais. Esses estudos me levavam, às vezes, por si mesmos, a campos aparentemente afastados e nos quais tinha de deter-me durante algum tempo. Mas o que sobretudo me roubava o tempo era a necessidade imperiosa de trabalhar para viver. A minha colaboração, desde há oito anos, no primeiro jornal anglo-americano, o New York Tribune<sup>5</sup>, obrigava-me a dispersar extraordinariamente os meus estudos, de vez que só em casos excepcionais me dedico a escrever para a imprensa correspondências propriamente ditas. Os artigos sobre os acontecimentos econômicos mais em evidência da Inglaterra e do Continente constituíam parte tão importante da minha colaboração, que isso me obrigava a familiarizar-me com uma série de pormenores de caráter prático situados fora da órbita da ciência propriamente econômica. Este esboço sobre a trajetória dos meus estudos no campo da economia política tende simplesmente a demonstrar que as minhas idéias, qualquer que seja o juízo que mereçam, e por muito que se choquem com os preconceitos interessados das classes

dominantes. são o fruto de longos anos de conscienciosa investigação. E à porta da ciência, como à porta do inferno, deveria estampar-se esta divisa:

Aqui tem de se banir toda e desconfiança  
Toda a covardia tem de aqui ser morta  
(Dante Alighieri, A Divina Comédia.)

K. Marx.

Londres, Janeiro de 1859.

Publicado pela primeira vez no livro: Zur Kritik der Politischen Oekonomie von Karl Marx. Erstes Heft, Berlin 1859.

## **Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**

Na Alemanha, a crítica da religião chegou, no essencial, ao fim. A crítica da religião é a premissa de toda crítica.

A existência profana do erro ficou comprometida, uma vez refutada sua celestial oratio pro aris et focis [oração pelo lar e pelo ócio].

O homem que só encontrou o reflexo de si mesmo na realidade fantástica do céu, onde buscava um super-homem, já não se sentirá inclinado a encontrar somente a aparência de si próprio, o não-homem, já que aquilo que busca e deve necessariamente buscar é a sua verdadeira realidade.

A religião não faz o homem, mas, ao contrário, o homem faz a religião: este é o fundamento da crítica irreligiosa. A religião é a autoconsciência e o autosenhimento do homem que ainda não se encontrou ou que já se perdeu. Mas o homem não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e de justificação. É a realização fantástica da essência humana por que a essência humana carece de realidade concreta. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, a luta contra aquele

mundo que tem na religião seu aroma espiritual.

A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo.

A verdadeira felicidade do povo implica que a religião seja suprimida, enquanto felicidade ilusória do povo. A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões. Por conseguinte, a crítica da religião é o germe da crítica do vale de lágrimas que a religião envolve numa auréola de santidade.

A crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva. A crítica da religião desengana o homem para que este pense, aja e organize sua realidade como um homem desenganado que recobrou a razão a fim de girar em torno de si mesmo e, portanto, de seu verdadeiro sol. A religião é apenas um sol fictício que se desloca em torno do homem enquanto este não se move em torno de si mesmo.

Assim, superada a crença no que está além da verdade, a missão da história consiste em averiguar a verdade daquilo que nos circunda. E, como primeiro objetivo,

uma vez que se desmascarou a forma de santidade da autoalienação humana, a missão da filosofia, que está à serviço da história, consiste no desmascaramento da autoalienação em suas formas não santificadas. Com isto, a crítica do céu se converte na crítica da terra, a crítica da religião na crítica do direito, a crítica da teologia na crítica da Política.

A exposição seguinte - uma abordagem a este trabalho - não se prende diretamente ao original, senão a uma cópia deste, à filosofia alemã do direito e do Estado, pelo simples fato de se ater à Alemanha.

Se nos quiséssemos ater ao status quo alemão, ainda que da única maneira adequada, isto é, de modo negativo, o resultado continuaria a ser anacrônico. A mesma negação de nosso presente político já se acha coberta de pó no sótão de trastes velhos dos povos modernos. Ainda que nos recusemos a recolher estes materiais empoeirados, continuaremos conservando os materiais sem poeira. Ainda que neguemos as situações existentes na Alemanha de 1843, apenas nos situaremos, segundo a cronologia francesa, em 1789, e ainda menos no ponto focal dos dias atuais.

E o caso da história alemã gabar-se de um movimento ao qual nenhum povo do firmamento histórico se adiantou a ela nem a seguirá. Com efeito, os alemães compartilham as restaurações dos povos modernos, sem haver participado de suas revoluções. Passamos por uma restauração, em primeiro lugar, porque outros povos se atreveram a fazer uma revolução e, em segundo lugar, porque outros povos sofreram uma contra-revolução; a primeira vez porque nossos senhores tiveram medo e a segunda porque não o tiveram. Tendo à frente nossos pastores, só uma vez nos encontramos em companhia da liberdade: no dia de seu enterro.

Uma escola que legitima a infâmia de hoje com a infâmia de ontem; uma escola que declara ato de rebeldia todo grito do servo contra o knut, da mesma maneira que este é um knut pesado de anos, tradicional, histórico; uma escola a que a história só mostre seu a posteriori, como o Deus de Israel a seu servo Moisés, numa palavra, a Escola histórica do Direito teria sido inventada pela história alemã se já não fosse por si uma invenção desta. É Shylock, mas o criado Shylock, que por cada libra de carne cortada do coração do povo, jura e perjura por sua escritura, por seus títulos históricos, por seus títulos cristão-germânicos.

Em troca, certos entusiastas bondosos, germanistas pelo sangue e liberais pela reflexão, vão buscar além da história, nas selvas teutônicas virgens, a história da nossa liberdade. Mas, se só se encontra na selva, em que se distingue a história da nossa liberdade da história da liberdade do javali? Além disso, é fato sabido que quanto mais alguém se interna no bosque, tanto mais ressoa sua voz fora deste. Por conseguinte, deixemos em paz a selva virgem teutônica.

Guerra aos estados de coisas alemães! É certo que se encontram abaixo do nível da história, abaixo de toda crítica, mas continuam a ser, apesar disto, objeto de crítica, assim como o criminoso, por não se achar abaixo do nível da humanidade, não deixa de ser objeto do verdugo. Na luta contra eles, a crítica não é uma paixão do cérebro, mas o cérebro da paixão. Não é o bisturi anatômico, mas uma arma. Seu objeto é o adversário, que não procura refutar, mas destruir. O espírito daquelas situações já foi refutado. Não são dignas de ser lembradas; devem ser desprezadas como existências proscritas. Não há necessidade da crítica esclarecer este objeto frente a si mesma, pois dele já não se ocupa. Esta crítica não se conduz como um fim em si, mas, simplesmente, como um meio. Seu sentimento essencial é a indignação; sua tarefa essencial, a denúncia.

Trata-se de descrever a surda pressão mútua de todas as esferas sociais, umas sobre as outras, a alteração geral e imprudente, a limitação que tanto se reconhece quanto se desconhece, enquadrada dentro do modelo de um sistema de governo, que, vivendo da conservação de tudo aquilo que é lamentável, não é outra coisa senão o que há de lamentável no governo. Espetáculo lamentável! A divisão da sociedade até o infinito nas raças mais diversas, que se enfrentam umas às outras com pequenas antipatias, más intenções e brutal mediocridade e que, precisamente em razão de sua mútua posição cautelosa são tratadas por seus senhores, Sem exceção e com algumas diferenças, como existências sujeitas a suas concessões. Até isto, até o fato de se verem dominadas, governadas e possuídas tem que ser reconhecido e confessado por elas como uma concessão do céu! E, por outro lado, aqueles senhores, cuja grandeza se encontra em relação inversa ao número delas!

A crítica que se ocupa deste conteúdo é a crítica da competição. Durante a competição não interessa saber se o adversário é nobre, da mesma categoria, se é um adversário interessante; trata-se de vencê-lo. Trata-se de não conceder aos alemães nem um só instante de ilusão e de resignação. Há que tornar a opressão real ainda mais opressiva, acrescentando àquela a consciência da opressão; há que tornar a infâmia ainda mais infamante, ao proclamá-la. Há que pintar a todas e a cada uma das esferas da sociedade alemã como a parte honteuse [partes pudendas] da sociedade alemã; há que obrigar estas relações escravizadas a dançar, cantando-lhes sua própria melodia. Há que ensinar o povo a ter pavor de si mesmo, para infundir-lhe ânimo. Com isto, se satisfaz uma indisfarçável necessidade do povo alemão; as necessidades dos povos são, em sua própria pessoa, os últimos fundamentos de sua satisfação.

Esta luta contra o status quo alemão tampouco carece de interesse para os povos modernos, pois o status quo alemão é a consagração franca e sincera do antigo regime, e o antigo regime, a debilidade oculta do Estado moderno. A luta contra o presente político alemão é a luta contra o passado dos povos modernos; as reminiscências deste passado continuam a pesar ainda sobre eles e a oprimi-los. É instrutivo para estes povos ver como o antigo regime, que neles conheceu sua tragédia, representa agora sua comédia; é instrutivo para estes povos vê-lo como o espectro alemão. Sua história foi trágica enquanto encarnou o poder preexistente do mundo e a liberdade como uma ocorrência pessoal; numa palavra, enquanto acreditou e devia acreditar na sua legitimidade. Enquanto o antigo regime e a ordem existente no mundo lutavam contra um mundo em estado de gestação, traziam de sua parte um erro histórico-universal e não de caráter pessoal. Portanto, sua catástrofe foi trágica.

Pelo contrário, o atual regime alemão, que é um anacronismo, uma contradição flagrante com todos os axiomas geralmente reconhecidos, a nulidade do antigo regime posta em evidência frente ao mundo inteiro, só imagina crer em si próprio e exige do inundo a mesma fé ilusória. Se acreditasse em seu próprio ser, acaso iria escondê-lo sob a aparência de um ser estranho e procurar sua salvação na hipocrisia e no sofisma? Não, o moderno regime antigo já não é mais do que o comediante de uma ordem social cujos heróis reais já morreram. A história é conscienciosa e passa por muitas fases antes de enterrar as velhas formas. A comédia é a última fase de uma forma histórico-universal. Os deuses da Grécia, já tragicamente feridos no Prometeu acorrentado de Ésquilo, morreram ainda outra vez, comicamente, nos colóquios de Luciano. Por que esta trajetória histórica? Para que a humanidade possa separar-se alegremente de seu passado. Este alegre



destino histórico é que nós reivindicamos para as potências políticas da Alemanha.

Não obstante, tão logo a moderna realidade político-social se veja submetida à crítica, isto é, tão logo a crítica ascende ao plano dos problemas verdadeiramente humanos é que se encontra fora do status quo alemão, pois de outro modo abordaria seu objeto por baixo de si mesma. Um exemplo: a relação entre a indústria, o inundo da riqueza em geral e o mundo político é um problema fundamental da época moderna. De que forma este problema começa preocupar os alemães? Sob a forma de normas protetoras, de sistema proibitivo, da economia nacional. O germanismo passou dos homens a matéria e, um belo dia, nossos donos do algodão e nossos heróis do ferro viram-se convertidos em patriotas. Assim, pois, na Alemanha começa-se pelo reconhecimento da soberania do monopólio rumo ao interior, conferindo-lhe a soberania rumo ao exterior. Isto significa que na Alemanha se começa por onde terminam a França e a Inglaterra. A velha situação insustentável contra a qual se levantam teoricamente estes países e que só são suportáveis como são suportados os grilhões, é saudada na Alemanha como a primeira luz do amanhecer de um belo futuro, que apenas se atreve a passar de uma ladina teoria à mais implacável prática. Enquanto na França e na Inglaterra o problema é colocado em termos de economia política ou império da sociedade sobre a riqueza, na Alemanha os termos são outros: economia nacional ou império da propriedade privada sobre a nacionalidade. Portanto, na França e na Inglaterra trata-se de abolir o monopólio, que chegou a suas últimas conseqüências; na Alemanha, trata-se de levar o monopólio a suas últimas conseqüências. No primeiro caso, trata-se da solução; no segundo, simplesmente da contradição. Exemplo suficiente da forma alemã que ali adotam os problemas modernos, de como nossa história, tal qual o recruta imbecil, não teve até agora outra missão senão a de praticar a repetir exercícios já feitos.

Por conseguinte, se todo o desenvolvimento da Alemanha não saísse dos marcos do desenvolvimento político alemão, um alemão apenas poderia, muito bem, participar dos problemas do presente, do mesmo modo como um russo deles pode participar. Mas, se um indivíduo livre não se acha vinculado às cadeias da nação, ainda menos livre se vê a nação inteira diante da libertação de um indivíduo. Os citas não investiram um só passo contra a cultura grega porque a Grécia contasse um deles entre seus filósofos.

Por sorte, nós, alemães, não somos citas.

Assim como os povos antigos viveram sua pré-história na imaginação, na mitologia, nós, alemães, vivemos nossa pós-história no pensamento, na filosofia. Somos contemporâneos filosóficos do presente, sem ser seus contemporâneos históricos. A filosofia alemã é o prolongamento ideal da história da Alemanha. Portanto, se ao invés das oevres incompletas [Obras incompletas] de nossa história real, criticamos as oevres posthumes [Obras póstumas] de nossa história ideal, a filosofia, nossa crítica figura no centro dos problemas dos quais diz o presente: That is the question [Eis a questão].

O que para os povos progressistas é a ruptura prático com as situações do Estado moderno, na Alemanha, onde estas situações nem sequer existem, isto significa, antes de mais nada, a ruptura crítica com o reflexo filosófico destas situações.

A filosofia alemã do Direito e do Estado é a única história alemã que se acha a par com o presente oficial moderno. Por isto, o povo alemão não tem outro remédio senão incluir também esta sua história feita de sonhos entre suas situações existentes e submeter à crítica não só estas mesmas situações mas, também e ao mesmo tempo, seu prolongamento abstrato. O futuro deste povo não pode limitar-se nem à negação de

suas condições estatais e jurídicas reais, nem à execução indireta das condições ideais de seu Estado e de seu direito, já que a negação direta de suas condições reais já está envolvida em suas condições ideais e a execução indireta de suas condições ideais quase a fez sobreviver ao contemplá-las nos povos vizinhos. Assim, ao reclamar a negação da filosofia, o partido político prático da Alemanha tem toda razão. Seu erro não reside na exigência, mas em deter-se na simples exigência, que não coloca nem pode colocar seriamente em prática. Acredita colocar em prática aquela negação pelo fato de voltar as costas à filosofia e de resmungar, olhando para o lado oposto, umas tantas frases banais e mal-humoradas. A limitação de seu horizonte visual não inclui também a filosofia da realidade alemã no Estreito de Bering, nem chega a imaginá-la quimERICAMENTE, inclusive, entre a prática alemã e as teorias que a servem. Exige-se uma conexão com os germes reais da vida, mas esquece-se que o germe real da vida do povo alemão só brotou, até agora, de sua caixa craniana. Numa palavra, não podereis superar a filosofia sem realizá-la.

A mesma injustiça, só que com fatores inversos, cometeu o partido político teórico, que partia da filosofia.

Este partido só via na luta atual a luta crítica da filosofia com o mundo alemão, sem imaginar sequer que a filosofia anterior pertencia ela mesma a este mundo e era um complemento, ainda que apenas seu complemento ideal. Assumia uma atitude crítica frente à parte contrária, mas não adotava um comportamento crítico para consigo mesmo, já que partia das premissas da filosofia e, ou se detinha em seus resultados adquiridos ou apresentava como postulados e resultados diretos da filosofia, os postulados e resultados de outra origem, embora estes supondo que sejam legítimos - só podem manter-se de pé, pelo contrário, mediante a negação da filosofia anterior, da filosofia como tal. Propomo-nos a tratar mais a fundo deste partido. Seu erro

fundamental pode resumir-se assim: acreditava poder realizar a filosofia sem superá-la.

A crítica da filosofia alemã do direito e do Estado, que encontra em Hegel sua expressão máxima, a mais conseqüente e a mais rica, é simultaneamente as duas coisas, tanto a análise crítica do Estado moderno e da realidade a ele relacionada como a negação decisiva de todo o modo anterior de consciência política e jurídica alemã, cuja expressão mais nobre, mais universal, elevada à ciência, é precisamente a mesma filosofia especulativa do direito. Assim como a filosofia especulativa do direito - este pensamento abstrato e superabundante do Estado moderno cuja realidade continua a ser o além, apesar deste além se encontrar do outro lado do Reno - só poderia processar-se na Alemanha, assim também, por sua vez e inversamente, a imagem alemã, conceitual, do Estado moderno - abstraída do homem real - só se tornou uma possibilidade porque e enquanto o mesmo Estado moderno se abstrai do homem real ou satisfaz o homem total de modo puramente imaginário. Em política, os alemães pensam o que os outros povos fazem. A Alemanha era sua consciência teórica. A abstração e a arrogância de seu pensamento corria sempre em parêntese com a limitação e a mesquinhez de sua realidade. Por conseguinte, se o status quo do Estado alemão exprime a perfeição do antigo regime, o acabamento da lança cravada no Estado moderno, o status quo da consciência do Estado alemão expressa a imperfeição do Estado moderno, a falta de consistência de seu próprio corpo

Enquanto adversário decidido do modo anterior de consciência política alemã, o Estado orienta a crítica da filosofia especulativa do direito não para si mesma, mas para tarefas cuja solução exige apenas um meio: a prática.

Indagamo-nos: pode a Alemanha chegar a uma prática à la hauteur des principes [à altura dos princípios], isto é, a

uma revolução que a eleve não só ao nível oficial dos povos modernos mas, também, ao nível humano que será o futuro imediato destes povos!

As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens. A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdade face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem. A prova evidente do radicalismo da teoria alemã e, portanto, de sua energia prática, consiste em saber partir decididamente da superação positiva da religião. A crítica da religião derruba a idéia do homem como essência suprema para si próprio. Por conseguinte, com o imperativo categórico mudam todas as relações em que o homem é um ser humilhado, subjugado, abandonado e desprezível, relações que nada poderia ilustrar melhor do que aquela exclamação de um francês ao tomar conhecimento da existência de um projeto de criação do imposto sobre cães: Pobres cães! Querem tratá-los como se fossem pessoas!

Até historicamente a emancipação teórica tem um interesse especificamente prático para a Alemanha. O passado revolucionário da Alemanha é, de fato, um passado histórico: é a Reforma. Como então no cérebro do frade, a revolução começa agora no cérebro do filósofo.

Lutero venceu efetivamente a servidão pela devoção porque a substituiu pela servidão da convicção. Acabou com a fé na autoridade porque restaurou a autoridade da fé. Converteu sacerdotes em leigos porque tinha convertido leigos em sacerdotes. Libertou o homem da religiosidade externa porque erigiu a religiosidade no interior do homem. Emancipou o corpo das cadeias porque sujeitou de cadeias o coração.

Mas, se o protestantismo não foi a verdadeira solução, representou a verdadeira colocação do problema. Já não se tratava da luta do leigo com o sacerdote que existe fora dele, mas da luta com o sacerdote que existe dentro de si próprio, com sua natureza sacerdotal. E, se a transformação protestante do leigo alemão em sacerdote emancipou os papas leigos, os príncipes, com toda sua clerezia, se emancipou privilegiados e filisteus, a transformação filosófica dos alemães com espírito sacerdotal em homens emancipará o povo. Mas, do mesmo modo que a emancipação não se deteve nos príncipes, tampouco a secularização dos bens se deterá no despojo da igreja, realizada sobretudo pela hipócrita Prússia. A guerra dos camponeses, fato mais radical da história alemã, lançou-se contra a teologia. Hoje, com o fracasso da própria teologia, o fato mais servil da história alemã, nosso status quo, se lançará contra a filosofia. As vésperas da Reforma, a Alemanha oficial era o servo mais submisso de Roma. As vésperas de sua revolução, é o servo submisso de algo menos que Roma, Prússia e Áustria, de fidalguetos rurais e filisteus,

Não obstante, uma dificuldade fundamental parece opor-se a uma revolução alemã radical.

Com efeito, as revoluções necessitam de um elemento passivo, de uma base material. A teoria só se realiza numa nação na medida que é a realização de suas necessidades. Ora, ao imenso divórcio existente entre os postulados do pensamento alemão e as respostas da realidade alemã corresponderá o mesmo divórcio existente entre a sociedade alemã e o Estado e consigo mesma! Não basta que o pensamento estimule sua realização; é necessário que esta mesma realidade estimule o pensamento -

Todavia, a Alemanha não escalou simultaneamente com os povos modernos as fases intermediárias da emancipação política. Praticamente, não chegou sequer às

fases que superou teoricamente. Como poderia, de um salto mortal, remontar-se não só sobre seus próprios limites, como também e ao mesmo tempo, sobre os limites dos povos modernos, sobre limites que na realidade devia sentir e aos quais devia aspirar como a emancipação de seus limites reais! Uma revolução radical só pode ser a revolução de necessidades radicais, cujas premissas e lugares de origem parecem faltar completamente.

Não obstante, se a Alemanha só abstratamente acompanhou o desenvolvimento dos povos modernos, sem chegar a participar ativamente das lutas reais deste, não é menos verdade que, de outro lado, partilhou os sofrimentos deste mesmo desenvolvimento, sem usufruir seus benefícios e satisfações parciais. A atividade abstrata de um lado, corresponde o sofrimento abstrato do outro. Assim, numa bela manhã, a Alemanha se encontrará em nível idêntico à decadência européia antes mesmo de haver atingido o nível da emancipação européia. Poderíamos compará-la a um idólatra que agonizasse, vítima do cristianismo.

Fixemo-nos, antes de mais nada, nos governos alemães, e os veremos de tal modo impulsionados pelas condições da época, pela situação da Alemanha, pelo ponto de vista da cultura alemã e, finalmente, por seu próprio instinto certo, a combinar os defeitos civilizados do mundo dos Estados modernos, cujas vantagens não possuímos, com os defeitos bárbaros do antigo regime, de que nos podemos jactar até a saciedade, que a Alemanha, senão por prudência, pelo menos à falta desta tem que participar cada vez mais da constituição de Estados que estão muito além de seu status quo. Acaso, por exemplo, há no mundo algum país que partilhe tão simplesmente como a chamada Alemanha constitucional todas as ilusões do Estado constitucional sem partilhar de suas realidades. Ou não teria que ser necessariamente uma ocorrência do governo alemão o fato de associar os tormentos da

censura aos tormentos das leis de setembro na França, que pressupõem a liberdade de imprensa. Assim como no panteão romano se reuniam os deuses de todas as nações, no sacro império romano germânico se reúnem os pecados de todas as formas de estado. Que este ecletismo chegará a alcançar um nível até hoje inimaginado, o garante, de fato, o enfado estético-político de um monarca alemão que aspira desempenhar, se não através da pessoa do povo, pelo menos em sua própria, se não para o povo, pelo menos para si mesmo, todos os papéis da monarquia: a feudal e a burocrática, a absoluta e a constitucional, a autocrática e a democrática. A Alemanha, como a ausência do presente político constituído num mundo próprio, não poderá derrubar as barreiras especificamente alemães sem derrubar a barreira geral do presente político.

Para a Alemanha, o sonho utópico não é a revolução radical, não é a emancipação humana geral, mas, ao contrário, a revolução parcial, a revolução meramente política, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício. Sobre o que repousa uma revolução parcial, uma revolução meramente política? No fato de emancipar uma parte da sociedade burguesa e de instaurar sua dominação geral, no fato de uma determinada classe empreender a emancipação geral da sociedade a partir de sua situação especial. Esta classe emancipa toda a sociedade, mas apenas sob a hipótese de que toda a sociedade se encontre na situação desta classe, isto é, que possua, por exemplo, dinheiro e cultura ou que possa adquiri-los.

Nenhuma classe da sociedade burguesa pode desempenhar este papel sem provocar um momento de entusiasmo em si e na massa, momento durante o qual confraterniza e se funde com a sociedade em geral, com ela se confunde e é sentida e reconhecida como seu representante geral, que suas pretensões e direitos são, na verdade, os direitos e as pretensões da própria sociedade, que esta classe é

realmente o cérebro e o coração da sociedade. Somente em nome dos direitos gerais da sociedade pode uma classe especial reivindicar para si a dominação geral. E, para atingir esta posição emancipadora e poder, portanto, explorar politicamente todas as esferas da sociedade em benefício da própria esfera, não bastam por si sós a energia revolucionária e o amor próprio espiritual. Para que coincidam a revolução de um povo e a emancipação de uma classe especial da sociedade burguesa, para que uma classe valha por toda a sociedade, é necessário, pelo contrário, que todos os defeitos da sociedade se condensem numa classe, que uma determinada classe resuma em si a repulsa geral, que seja a incorporação do obstáculo geral; é necessário, para isto, que uma determinada esfera social seja considerada como crime notório de toda a sociedade, de tal modo que a emancipação desta esfera surja como autoemancipação geral. Para que um estado seja par excellence o estado de libertação, é necessário que outro seja o estado de sujeição por antonomásia. O significado negativo geral da nobreza e do clero franceses condicionou a significação positiva geral da classe inicialmente delimitadora e contraposta, da burguesia.

Todavia, todas as classes especiais da Alemanha carecem de conseqüência, rigor, arrojo e intransigência capazes de convertê-las no representante negativo da sociedade. Além do mais, todas carecem da grandeza de espírito que pudesse identificar uma delas, ainda que momentaneamente, com o espírito do povo; todas carecem da genialidade que infunde o entusiasmo do poder político ao poder material, da intrepidez revolucionária que lança o desafio ao inimigo: Nada SOU e tudo deveria ser. Esse modesto egoísmo que faz valer e permite que outros também façam valer suas próprias limitações é o fundo básico da moral e da honradez de indivíduos e classes na Alemanha. Por isto, a relação existente entre as diversas esferas da sociedade alemã não é dramática, mas épica. Cada uma delas começa a sentir e a fazer

chegar às outras suas pretensões, não ao se ver oprimida, mas quando as circunstâncias do momento, sem intervenção sua, criam uma base social sobre a qual, por sua vez, possa exercer pressão. Até mesmo o amor próprio moral da classe média alemã repousa sobre a consciência de ser o representante geral da mediocridade filistéia de todas as demais classes. Portanto, não são apenas os reis alemães que ascendem ao trono mal à propos [Inoportunamente], mas todas as esferas da sociedade burguesa, que sofrem sua derrota antes de terem festejado a vitória, que desenvolvem seus próprios limites antes de terem ultrapassado os limites que se opõem a estes, que fazem valer sua pusilanimidade antes de fazer valer sua arrogância, de tal modo que até mesmo a oportunidade de desempenhar um grande papel desaparece antes de existir e que cada classe, tão logo começa a lutar com aquela que lhe está acima, vê-se envolvida na luta com aquela que lhe está abaixo. Daí porque os príncipes estão em luta contra a burguesia, os burocratas contra a nobreza e os burgueses contra todos eles, enquanto o proletário começa a lutar contra o burguês. A classe média nem sequer se atreve a conceber o pensamento da emancipação de seu ponto de vista, já que o desenvolvimento das condições sociais, do mesmo modo que o progresso da teoria política, se encarregam de revelar este mesmo ponto de vista como algo antiquado ou, pelo menos, problemático.

Na França, basta que alguém seja alguma coisa para querer ser todas as coisas. Na Alemanha, ninguém pode ser nada se não quiser renunciar a tudo. Na França, a emancipação parcial é o fundamento da emancipação universal. Na Alemanha, a emancipação universal é a conditio sine que non de toda emancipação parcial. Enquanto na França é a realidade da emancipação gradual que tem de engendrar a liberdade total, na Alemanha, ao contrário, é justamente a sua impossibilidade. Na França, toda classe é um político idealista que se sente como representante das

necessidades sociais em geral, ao invés de sentir-se como representante de uma classe especial. Por isto, o papel emancipador passa por turnos, em movimento dramático, entre as distintas classes do povo francês até atingir, finalmente, a classe que já não realiza a liberdade social sob a hipótese de certas condições que se encontram à margem do homem e que, não obstante, foram criadas pela sociedade humana, mas que organiza todas as condições de existência a partir da hipótese da liberdade social. Pelo contrário, na Alemanha, onde a vida prática tão pouco tem de espiritual assim como a vida espiritual de prático, nenhuma classe da sociedade burguesa sente a necessidade nem a capacidade de emancipação geral até ver-se obrigada a isto por sua situação imediata, pela necessidade material, pelas suas próprias cadeias.

Onde reside, pois, a possibilidade positiva da emancipação alemã?

Resposta: na formação de uma classe com cadeias radicais, de uma classe da sociedade burguesa que não é uma classe da sociedade burguesa; de um estado que é a dissolução de todos os estados; de uma esfera que possui um caráter universal por seus sofrimentos universais e que não reclama nenhum direito especial para si, porque não se comete contra ela nenhuma violência especial, senão a violência pura e simples; que já não pode apelar a um título histórico, mas simplesmente ao título humano; que não se encontra em nenhuma espécie de contraposição particular com as conseqüências, senão numa contraposição universal com as premissas do Estado alemão; de uma esfera, finalmente, que não pode emancipar-se sem se emancipar de todas as demais esferas da sociedade e, simultaneamente, de emancipar todas elas; que é, numa palavra, a perda total do homem e que, por conseguinte, só pode atingir seu objetivo mediante a recuperação total do homem. Esta dissolução da sociedade como uma classe especial é o proletariado.

O proletariado só começa a surgir na Alemanha, mediante o movimento industrial que desponta, pois o que forma o proletariado não é a pobreza que nasce naturalmente, mas a pobreza que se produz artificialmente; não é a massa humana oprimida mecanicamente pelo peso da sociedade, mas aquela que brota da aguda dissolução desta e, em especial, da dissolução da classe média, ainda que gradualmente, como se compreende, venham a incorporar-se também a suas fileiras a pobreza natural e os servos cristãos-germânicos da gleba

Ao proclamar a dissolução da ordem universal anterior, o proletariado nada mais faz do que proclamar o segredo de sua própria existência, já que ele é a dissolução de fato desta ordem universal. Ao reclamar a negação da propriedade privada, o proletariado não faz outra coisa senão erigir a princípio de sociedade aquilo que a sociedade erigiu em princípio seu, o que já se personifica nele, sem intervenção de sua parte, como resultado negativo da sociedade. O proletariado está amparado, então, em relação ao mundo que nasce, da mesma razão que assiste o rei alemão em relação ao mundo existente, ao denominar o povo seu povo, como ao cavalo seu cavalo. Ao declarar o povo sua propriedade privada, o rei se limita a expressar que o proprietário privado é o rei.

Assim como a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais. Com a mesma rapidez que o raio do pensamento penetra a fundo neste puro solo popular, se efetuará a emancipação dos alemães como homens.

Resumindo e concluindo:

A única emancipação praticamente possível da Alemanha é a emancipação do ponto de vista da teoria, que declara o homem essência suprema do homem. Na Alemanha, a emancipação da Idade Média

só é possível como emancipação paralela das superações parciais da Idade Média. Na Alemanha, não se pode derrubar nenhum tipo de servidão sem derrubar todo tipo de servidão em geral. A meticulosa Alemanha não pode revolucionar sem revolucionar seu próprio fundamento. A emancipação do alemão é a e emancipação do homem. O cérebro desta emancipação é a filosofia; seu coração, o proletariado. A filosofia não pode se realizar sem a extinção do proletariado nem o proletariado pode ser abolido sem a realização da filosofia.

Quando se cumprirem todas as condições interiores, o canto do galo gaulês anunciará o dia da ressurreição da Alemanha.

### **Estabilidade no emprego – uma luta pela sobrevivência**

No final dos anos 70 e início da década de 80 a economia brasileira já vinha atravessando uma crescente e profunda crise econômica provocada pela burguesia imperialista e, conseqüentemente, proveniente da crise de superprodução capitalista. A recessão econômica era e continua visível aos olhos da burguesia nacional, como também da burguesia imperialista; a pequena burguesia também sentia e continua sentindo os efeitos desta crise; a sobrevivência da burguesia imperialista dependia, nada mais, nada menos, dos planos econômicos, inicialmente, como também das privatizações como forma de acumulação de capital financeiro e como conseqüência da imposição dos organismos da burguesia imperialista como FMI, Banco Mundial e outros. O único objetivo continua sendo o de saquear as conquistas dos trabalhadores adquiridas na luta de classes; esses são os únicos que sofrem porque todas as medidas implementadas pelos governos de todos os matizes ao seguir orientação política e econômica imperialista, principalmente do imperialismo norte-americano. Em todos os setores da sociedade o desemprego era e continua crescente, se não vejamos: o setor

da construção civil, por exemplo, já desde o começo dos anos 1980 enfrentava uma crise profunda. O desemprego nesse setor era agravante. Os salários eram quase que totalmente corroídos pelos altos índices inflacionários e o alto custo de vida.

O Brasil e seus Estados, nessa época já estavam (e continuam) se adequando a tais mudanças. Já nessa década a burguesia imperialista através de seus organismos, como FMI e Banco Mundial colocava como imposição as famosas reformas econômicas com troca de moedas, saques diretos no bolso do trabalhador (saques de poupança, via aumento de combustível, de impostos etc.); as privatizações também foram uma de suas principais metas. Nos Estados não se ampliou o número de servidores, pelo contrário, reduziram consideravelmente e, o que é pior, terceirizou a maioria dos serviços se isentando de qualquer responsabilidade sobre estes, o que significa privatização destes como forma de ajudar os capitalistas através de suas cooperativas ou empresas precarizadas.

O setor da indústria estava se adequando ao novo modelo econômico mundial e também aos avanços tecnológicos que substituía aos poucos o velho método

mecânico de produção para o atual modelo robotizado. Nesse setor, também os postos de trabalho foram drasticamente reduzidos. A exemplo disso pode-se citar aqui a VOLKSWAGEN, que tinha no seu quadro em torno de 40 mil trabalhadores. Hoje, esse número está por volta de 12 mil, sendo que a maior parte está terceirizada, com mais um problema, suas condições de trabalho e salários mais ainda precarizadas. Com o acordo em setembro de 2006, entre patrão, governos e a burocracia sindical do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da CUT a Volks vai poder demitir 4600 trabalhadores até 2008, dos quais 3600 da Planta São Bernardo do Campo, através do plano PDV (Plano de Demissão Voluntária) e do PDI (Plano de Demissão por Indicação). A tendência é que esse número aumente ainda mais em função dos “atrativos” bônus.

Segundo a Volks, e com a ajuda do governo Lula/PT, que transferiu do BNDES mais de 400 milhões de reais para a sua reestruturação na linha de produção, com a alegação de tornar seus produtos mais competitivos no mercado. Na verdade o que está por traz de tudo isso é a redução de gastos para ampliar a sua capacidade de produção com mais tecnologia. Essas medidas estão diretamente ligadas à crise estrutural do capitalismo e a sede de lucro cada vez maior da burguesia, com todo o ônus transferido para os trabalhadores. A catástrofe está por vir, pois para cada trabalhador da Volks, em média, mais oito estão na cadeia produtiva.

No mundo capitalista o sistema de exploração evoluiu para a fase última e superior -- fase dos monopólios, dos grandes conglomerados industriais e financeiros e que com o agravamento da crise do sistema a burguesia imperialista inovou seus métodos e estratégias para eventuais “saídas”: programou e implementou o Neoliberalismo e a Globalização, uma adaptação desse novo modelo de administração do capitalismo que veio a culminar com o agravamento das já precárias condições de vida dos

trabalhadores.

A conjuntura mundial capitalista se expressa desde muito pela crise de superprodução que com o modelo do Neoliberalismo juntamente com a ideologia da globalização tem objetivado “saídas” momentâneas e fôlego ao apetites capitalistas. Esta burguesia tem se utilizado e imposto aos governos dos países pobres/oprimidos para se safar desta, reformas como as que já conhecemos: reforma da previdência, universitária, trabalhista, do ensino fundamental e médio, todas no sentido de manter e ampliar os lucros dos capitalistas.

A criação de empregos pelos governos não tem se dado, apesar das promessas de campanhas eleitorais, a exemplo de Lula/PT, em 2002, que prometia 10 milhões de empregos. Portanto, para o setor público a criação de empregos somente se dá através de um grande conjunto de obras públicas que dê conta das demandas: de moradia popular, escolas e hospitais públicos na cidade e no campo, bem como saneamento básico e de infra-estrutura urbana, o que não está dado para nenhum governo do capital, pois não detém poder sobre a este em seu conjunto. Quando muito, para criar alguns poucos empregos totalmente precários, promovem estes governos a terceirizações/parcerias público-privadas (as PPP), frentes de trabalho que além de precarizar ainda mais as condições de vida desses trabalhadores, enchem os bolsos dos patrões, aliviando assim sua sede de lucro, além de isentá-los de encargos sociais, contribuindo para precarizar a previdência social e seus beneficiários.

Já com os patrões, a criação de empregos ficou para traz e, quando ocorre, é no sentido de aumentar a produção para atender as demandas de algum mercado externo consumidor e sempre visando mais e mais o lucro, como não poderia deixar de ser no capitalismo; porém, sabendo-se que na maioria das vezes esse aumento na produção se dá apenas com o aumento da já estafante jornada de trabalho dos operários, mesmo porque para os patrões, e com a avançada



tecnologia, a criação de empregos não será mais meta para aumentar seus lucros, pelo contrário estes têm todo o dia diminuídos drasticamente os postos de trabalho. Somente na região metropolitana de SP são quase dois milhões de desempregados economicamente ativos, fora os milhares de

desempregados que atuam na economia informal e os que estão há anos a procura de um emprego. Estes últimos não entram nas estatísticas oficiais do IBGE.

### **Estabilidade instituída por vias da democracia burguesa e por interesses políticos**

A Constituição de 1988 dita “democrática”, em seu texto original garantiu a estabilidade para todos os servidores públicos que na data de sua promulgação tinham completado 5 anos ou mais de serviço público, atendendo primeiro os interesses políticos de parlamentares e depois a reivindicação da classe trabalhadora, se não vejamos: Essa garantia se deu apenas para o setor do funcionalismo público e contemplou uma parcela muito pequena, enquanto que os demais não foram contemplados porque na sua maioria pertencem à iniciativa privada estando, portanto, sobre o controle dos patrões, coisa que político nenhum tem como intervir, devido não ter poder sobre estes e também, porque dependem e são aliados dos mesmos. Mesmo em se tratando do conjunto dos servidores públicos, foi uma parcela muito pequena que adquiriu a Estabilidade, devido à ampla maioria não ter 5 anos de serviço público na época, o que demonstra que tanto a burguesia como seus representantes não têm interesses em melhorar as condições de vida dos brasileiros explorados. Nenhuma novidade para nós!

#### **A Estabilidade no setor público**

Todos nós trabalhadores vivemos submetidos na mais profunda degradação das condições de vida, condições essas provocadas pela crise decadente do capitalismo. Os trabalhadores dos serviços públicos como educação, saúde bem como outros setores convivem diariamente com esse drama. Se já não bastassem as

péssimas condições de trabalho a que estão submetidos, seus salários constantemente são corroídos pelo alto custo de vida; jornadas estafantes de trabalho, pressão interna dos chefes de setores/sessão, punições e perseguições, além da falta de funcionários.

Em função de tal crise e em função dos interesses dos capitalistas, os governos não podem mais implementar uma política de ampliar os quadros do funcionalismo público, pelo contrário, têm somente reduzido. Na educação o quadro de apoio foi praticamente extinto; na saúde e em outras repartições públicas o péssimo atendimento e as filas imensas demonstram tal precarização.

Tal impacto é visto, por exemplo, recaindo sobre os ombros dos trabalhadores da educação pública paulista. A política orquestrada por organismos internacionais/imperialistas imposta pelo governo paulista tem sido no sentido de aos poucos destruir a escola pública, limitando o acesso à mesma e ainda mais ao conhecimento. A redução do número de escolas, o fechamento de salas de aulas, de períodos inteiros, a redução da grade curricular, além do número excessivo de alunos por classe tem, ao longo dos anos provocado uma constante redução no quadro de professores -- **uma demissão automática**. As modalidades de ensino como Tele-salas e Suplência aos finais de semana são bons exemplos. Hoje, temos milhares de professores desempregados e mais algumas dezenas de centenas como substitutos/eventuais, sem vínculo com o Estado, sem jornada de trabalho fixa e muito menos salário fixo – formam o

**quadro dos subempregados.** São dependentes de quem se afasta por motivo de doença, cursos, atividade sindical e outros.

Com a continuação desta política por parte do governo, parte dos professores concursados e estáveis correm o risco em pouco tempo de se tornarem adidos. Os professores estáveis, se chegarem a ficar adidos, receberão um salário por uma jornada de apenas 10 horas-aula de trabalho e os concursados, por 20 horas-aula desempenhando outra função, fato que comprometerá ainda mais as condições de sobrevivência de muitos professores.

### **Os servidores públicos são sempre os mais penalizados**

A Reforma da Previdência, nas duas fases em que se deu, cuja primeira ocorreu no governo burguês de FHC que combinou tempo de contribuição com idade para todos os trabalhadores e a segunda, no governo Lula/PT, aumenta em média mais 7 anos a idade para o trabalhador se aposentar. Na primeira fase, o argumento principal do governo era o de que: são os servidores públicos que oneram a previdência pública porque se aposentam muito cedo; na segunda, o argumento já foi outro: o de que é preciso acabar com o rombo da previdência; a próxima (3ª fase) propõe aumentar a idade para o trabalhador se aposentar compulsoriamente: 70 anos se mulher e 75, se homem. Nesse caso o argumento principal está sendo o aumento na expectativa média de vida dos brasileiros – uma farsa!

Em nenhum momento esses governos colocam que o problema da previdência pública está diretamente ligado à constante redução de postos de trabalho, desvio dos recursos para outros setores pelo próprio governo, sonegação por parte dos empresários e a roubalheira/corrupção.

Bem, na essência essas reformas que continuamente vão ocorrendo a vida do trabalhador são fruto da crise capitalista

ininterrupta e a conseqüente sede de lucro da burguesia. Para isso os governos precisam retirar dos trabalhadores para fazer caixa – aumento do superávit primário para o pagamento dos juros da dívida interna e externa, dar vazão aos fundos de pensão privada, aumentando ainda mais o lucro dos banqueiros.

### **O Projeto de Emenda Constitucional – PEC 54/99**

Há sete anos a Emenda Constitucional (PEC 54/99) tramita nos bastidores do Congresso Nacional à espera de sua aprovação; esta prevê a estabilidade no emprego para o funcionalismo público não efetivado por concursos e que tenha no mínimo dez anos de serviço; é excludente, pois não dá o direito à estabilidade àqueles com menos de dez anos de serviço. Assim foi a mudança ocorrida na reforma da Constituição de 1988, quando instituiu a estabilidade no serviço público de todos aqueles trabalhadores não concursados com no mínimo cinco anos de serviço. Neste caso, os que tinham menos de cinco anos ficaram de fora; não será diferente com a PEC 54/99, em que ficarão de fora todos aqueles com menos de dez anos de serviço público.

Os reformistas de plantão trabalham com a hipótese de que no capitalismo as conquistas dos trabalhadores podem se dá aos poucos/lentamente e por força de lei burguesa, na democracia formal e com lutas pacíficas, passando a ilusão de que um dia, lá bem longe, todos os trabalhadores terão as mesmas condições de vida, ou seja, que é possível diminuir ou mesmo acabar com as desigualdades sociais. As desigualdades sociais são inerentes às contradições do sistema de exploração vigente; essas contradições só aumentam devido à crise mundial e estrutural do capitalismo e a conseqüente retirada de direitos trabalhistas. O

desemprego em massa é devido a crise do capitalismo. Os capitalistas industriais vêm se utilizando de uma nova estratégia para o alívio momentâneo desta: reestruturando a linha de produção, que significa, demissão de centenas de trabalhadores, como ocorreu recentemente na Planta da Volks, em São Bernardo do Campo, ou, como no caso da AZALEÍÁ que o dono da indústria de calçados AZALÉIA, no Estado de Sergipe, que fechou uma de suas fábricas demitindo todos os funcionários.

A direção da Apeoesp, da CNTE e da CUT – PT e PC do B -- “defendem” e trabalham para que essa Emenda Constitucional excludente seja aprovada, mas sem muito esforço, o que não poderia ser diferente, devido o pensamento e a sua atuação política estar em consonância com o reformismo pequeno-burguês de conciliação de classes, no campo do eleitoralismo parlamentar e em conformidade com a democracia burguesa.

### **A Estabilidade por vias da luta direta das massas**

Não podemos ter nenhuma ilusão com tal Emenda, nem que através de discursos e propaganda iremos conseguir forçar governos e patrões a reconhecer esse direito legítimo dos trabalhadores explorados. É sim necessário fazer a propaganda, mas essa só terá efeito se estiver combinada com a luta política organizativa e a prática revolucionária do conjunto dos trabalhadores, com a sua vanguarda revolucionária à sua frente.

É fato consumado que os trabalhadores em geral a muito vêm sofrendo sérios ataques aos seus direitos em função da crise estrutural do capitalismo; é público e notório que as reformas imperialistas impostas em todo o mundo aprofundam esses ataques; o desemprego em massa é outro fator inerente a essa crise.

Passou da hora dos revolucionários extrapolarem os marcos do sindicalismo reformismo e travar uma luta política

organizativa no seio da classe proletária no sentido da construção dos organismos de base, da unificação dos lutadores e de suas lutas; e que essa luta sirva para alavancar uma grande campanha em torno das reivindicações imediatas e a partir destas ir fazendo a ponte para o socialismo.

Nós que atuamos na luta dos oprimidos devemos trabalhar para isso. A luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores em educação se passa por aí e é parte da luta pela defesa da escola e do sistema único de ensino público que atenda os interesses dos explorados em geral.

### **Como deve ser essa luta?**

Na educação pública, a nossa luta teórica e prática devem ser estruturadas nas organizações de base dos trabalhadores em educação; no interior das escolas a luta política é no sentido de convencer esses trabalhadores a organizarem-se nos Conselhos e a partir destes, nas comissões internas como forma de conquista de espaço de discussão, elaboração e de controle, para assim sobrepôr ao controle do Estado burguês e sua legislação. Toda essa luta requer esforço teórico e prático por parte de todos aqueles que almejam a unificação das lutas e dos lutadores nas assembleias da comunidade escolar, de forma que esse trabalho político-prático e constante leve-os ao rompimento com o corporativismo, com individualismo, para avançar na consciência de classe e na luta contra o capitalismo.

Nas escolas secundárias as lideranças dos Grêmios estudantis, dos profissionais da educação, das Associações de Pais e Mestres, dos Conselhos e das Associações de bairro devem buscar a unificação de todos os setores para a conformação de uma grande frente de luta teórica e prática para barrar os ataques aos direitos dos trabalhadores, bem como, para ampliação das conquistas. Assim se dará nas Universidades Públicas, nas privadas para torná-las públicas. Essa tarefa só será possível se os marxistas revolucionários

estiverem na dianteira dessa luta atuando com seu programa de reivindicações imediatas e transitórias.

Nesse sentido, se não travarmos uma luta para barrar os projetos privatistas dos governos e patrões, não será possível Estabilidade no emprego; é preciso lutar contra a aceleração de estudos, o ensino à distância, a superlotação das salas e o fechamento de escolas; nesse rol também está presente a luta pela construção de mais escolas e universidades públicas. É só assim que conseguiremos manter e ampliar os postos de trabalho.

- A luta por redução da jornada de trabalho; professores 30 horas-aula (20 horas-aula em sala e 10 horas-aula como atividades interna e externa); nos hospitais e postos de saúde 30 horas, no setor privado também 30 horas, bem como nos demais setores dos serviços públicos.
- Escala móvel de horas de trabalho para o setor privado
- A luta pela manutenção e ampliação do sistema de ensino e saúde pública, bem como a estatização do sistema de ensino e de saúde privados.
- A luta pela manutenção e ampliação de postos de saúde (saúde preventiva) e hospitais para o tratamento de doenças, socorro aos acidentados, etc.
- Contratação de todo o quadro de funcionários nas escolas, nos postos de saúde, nos hospitais e em todos os departamentos públicos, por via de concursos públicos.

Para pressionar e forçar governos e patrões a manterem e ampliarem nossas conquistas, como as que foram enumeradas acima, faz-se urgente e necessário uma ampla **campanha pela greve geral**, mesmo que esta comesse com as greves por categorias e que no bojo dessas lutas todos irão trabalhando rumo à unificação. É só parando a

produção de mais-valia e juntamente com os outros setores em que o proletariado atua é que entraremos num processo de conquistas, mesmo que parciais, mas que, no continuar da luta ininterrupta a consciência de classe do proletariado avance para a sua reivindicação histórica – socialização dos meios de produção.

Num processo como esse os trabalhadores já mais permitirão que patrões demitam ou que fechem fabricas e, em caso de fechamento, estes devem ocupá-las e dá seqüência na produção. Esse trabalho será perfeitamente possível se os organismos de base do proletariado começarem a se estruturar. Nesse momento, uma ferramenta capaz de proporcionar a realização dessa tarefa é, sem dúvida, o **partido marxista revolucionário** ou se este ainda não está estruturado, que sejam as organizações que se reivindicam do marxismo revolucionário.

### Os Concursos Públicos

Qual deve ser a forma de contratação de trabalhadores para a prestação de serviços públicos? As cooperativas/terceirizações devem dar lugar aos concursos públicos?

Primeiro, temos clareza de que os postos de trabalho devem ser mantidos, custe o que custar; segundo, que para isso acontecer faz-se necessário o desempenhar da luta direta ininterrupta. No desenvolver dessa luta todo esforço deve ser canalizado no sentido da ampliação dos postos de trabalho (citações no ponto anterior). Um outro importante quesito nesse processo deve ser o de trabalharmos para resgatar todo um processo histórico de unificação das lutas e dos lutadores, caso contrário, nem a manutenção será garantida, muito menos a sua ampliação. É o que temos visto e

presenciado em todos os setores da sociedade, seja no setor público ou privado. O fato é que devido à crise estrutural do capitalismo, que tem como essência a extração da mais-valia (lucro e mais lucro), as contradições geradas por este sistema, a reestruturação no seu modelo de produção e combinado a isso os ataques dos governos (administradores do grande capital) e patrões (burguesia), é que os postos de trabalho estão em constante redução.

Consideramos inoportuno qualquer processo (mesmo de falácia) de revogação de Leis que instituiu ou que venha instituir todo um conjunto de critérios para a seleção de pessoal para ingressar no serviço público, mesmo porque essa conquista, e o próprio nome já diz, foi fruto da luta de milhares de trabalhadores no país. Revogar essas Leis é o mesmo que revogar essa legítima reivindicação e a própria história dessa conquista. Essa luta se deu devido a privilégios que se davam quando da contratação de funcionários para as repartições públicas. Os políticos e aqueles ligados diretamente a eles eram os que mais se beneficiavam. É evidente que mesmo depois dessa conquista ainda acontece barbaridade quando da realização dos Concursos Públicos, pois continuam a falta de transparência, os apadrinhamentos, etc.

### **Os transtornos dos Concursos**

Na rede estadual de SP têm ocorrido alguns fenômenos. Vejamos alguns: primeiro, é notório de que este foi o Estado que mais aprofundou a reforma do ensino público imposto pela burguesia imperialista, através, principalmente da LDB/96; segundo, que as burocracias sindicais e de conciliação de classes (da APEOESP, maior sindicato da América Latina; da CNTE - Confederação Nacional dos

Trabalhadores em Educação no Brasil; da CUT (PT e PC do B) e variantes) nada têm feito para barrar as ofensivas governamentais; terceiro, que no caso da APEOESP, as oposições que se fundem com a Alternativa (liderança do PSTU), hoje que compõem proporcionalmente a diretoria pouco têm feito para o avançar na luta pelas reivindicações da categoria dos professores, da unificação da comunidade escolar na luta em defesa da escola pública e de suas conquistas, bem como, no interesse coletivo dos trabalhadores e muito menos na defesa dos interesses históricos dos trabalhadores. Como esses segmentos atuam por acordos de pontos conjunturais e não com o programa revolucionário, acabam ficando a reboque da política de conciliação de classes da Articulação Sindical/PT e do PC do B, ambos governistas.

### **A essência dos ataques**

Esses transtornos causados aos professores, sejam eles pelos últimos Concursos Públicos que tem permitido ingressos fora de época, migração de professores concursados de uma cidade para outra, e com o critério de eliminação do candidato ao cargo já quando da realização das provas: tem a ver com o aprofundar do projeto de precarização da escola e do ensino público que continua sendo implementado pelos governos. Consideramos que o ponto crucial está justamente no processo de destruição da escola pública e não na forma de contratação via Concurso Público.

### **Qual a saída?**

Temos certeza de que o caminho, apesar de longo e árduo, é o caminho da atuação no campo revolucionário, no enfrentamento direto com o governo para o atendimento das nossas

reivindicações, no campo das reivindicações imediatas e transitórias.

Se no geral o conjunto das oposições fosse conseqüente politicamente, sem necessariamente que o caminho não fosse as eleições burguesas e sim a luta de classes, com certeza estaríamos num outro patamar, ou seja, no que se refere à manutenção e ampliação de nossas conquistas.

Sem o entendimento, a compreensão e o esforço político de trabalharmos no dia-a-dia a necessidade de unificação dos oprimidos em prol dos interesses comuns, mesmo no campo sindical, não teremos vitórias, ao contrário, no bojo da conjuntura política e econômica mundial só teremos derrotas.

### **O combate à divisão do trabalho no seio da construção partidária**

A partir do fato que o homem é um ser social, para que possa subsistir em sua produção e reprodução, consideramos o aprimoramento e a evolução de suas técnicas evolutivas como também sendo a sua própria evolução. Para abster-se da condição de refém da natureza transcendendo suas adversidades. Neste sentido, em função do desenvolvimento das forças produtivas, é natural e benéfico que se proceda e desenvolva a distribuição das tarefas laborais, a própria divisão do trabalho em seu contexto coletivo (social). Esta técnica esteve sempre presente desenvolvendo-se no trabalho coletivo. Seja no plantio, cultivo, colheita, distribuição e manufatura dos produtos agrícolas; seja na extração de minérios e matérias-primas, na sua fundição e/ou preparação até o produto acabado nas modernas linhas de montagem. Sua origem e desenvolvimento acompanhou a desenvoltura da propriedade privada dos meios de produção através das diferentes épocas e sociedades. Esta mesma relação de propriedade privada que condiciona as relações de produção de cada sociedade e, pois, a própria divisão do trabalho.

### **Chamado**

No último período a Corrente Política Oposição Reconstruir, integrante da Oposição Revolucionária, vem trabalhando com um conjunto de reivindicações que extrapola os marcos do corporativismo sindical e das reivindicações imediatas – Ver *O Proletário 61*.

Pois bem, é com esse espírito de luta que insistimos em fazer um apelo às oposições, aos lutadores e demais trabalhadores para continuarmos no campo da luta política, porém unidos na luta pelos nossos direitos – direito à vida digna, sem opressão e sem classes sociais.

Caracterizando assim a divisão de trabalho como um termômetro para avaliar o grau de evolução das forças produtivas; que somente poderão desenvolver-se plenamente a partir de uma sociedade que suprima as contradições presentes em suas antecessoras (assentas sobre estas contradições), harmonizando as relações de produção e da própria divisão do trabalho aos interesses e necessidades dos homens e não de sua ganância.

Logo, na medida em que esta técnica venha a ser utilizada sobre uma base exploratória e repressora de um determinado sistema social-político (principalmente em se tratando do capitalismo) surge, como mais uma de suas contradições, os aspectos negativos desta divisão do trabalho. Contradição desta, que se torna ainda mais acentuada quando a abordamos na construção partidária de algo que se almeje revolucionário.

Se o pressuposto desta divisão do trabalho em qualquer regime ou sistema é propiciar maior eficácia e praticidade no processo de produção (para menor sacrifício do homem) em primeiro plano e

desenvolvimento da sociedade e do próprio indivíduo em segundo plano; então é injustificável a alienação que os processos industriais, principalmente, causam o homem –submetendo-o– e os seus efeitos sobre a sociedade em geral. Haja visto a contribuição de Chaplin em seu filme “Tempos Modernos”; o colapso que se gera no indivíduo subjogado pela “máquina” a repetir incessantemente o seu modesto papel no processo produtivo sem, contudo, contemplar a visão deste processo como um todo ou beneficiar-se deste.

Aí se encontra o nó da questão. Num regime sustentado sobre a sede insana de lucros às custas da exploração do próprio homem é inevitável a condição do indivíduo – explorado como classe – representar apenas a função de mais uma engrenagem ou ferramenta e ser tratado como tal. Convém ao parafuso ou a ventoinha saber a sua importância no complexo aparelho ao qual pertence? Convém compreender e conhecer a função deste aparelho e todo o seu processo produtivo? Aos usurpadores deste aparelho é claro que não.

O fato é que no caos capitalista somos uma peça cada vez mais substituível, porém, fundamental. Ter a visão do “todo” e a consciência de sua importância neste é perigoso. Ao passo que também o conhecimento do próprio processo produtivo é um privilégio no monopólio capitalista; o que nos remete a ignorância infértil de “apertar parafusos” compulsivamente como um generoso fardo hereditário.

Quando, a propósito da construção partidária que almejamos, incorporamos estes fatores a situação torna-se ainda mais catastrófica. Visto que a divisão hierárquica, compulsiva e alienatória do trabalho numa indústria, por exemplo, pulveriza o intelecto, num órgão cuja prática conflui indubitavelmente da necessidade da evolução deste mesmo intelecto está técnica é inadmissível. Prova disto é que geralmente, sob as condições citadas, alguns venham a ser tratados na construção partidária destes organismos como “operários” simplesmente (aqueles que são

incumbidos das austeras tarefas “braçais”: agitação, panfletagem, arrecadação, confecção de materiais, da sua circulação, de piquetes e confrontos) – destituídos, entretanto de qualquer questionamento; enquanto uma seleta minoria “pensante” delibera, coordena, especula, fiscaliza, julga e pune, afastando-se gradativamente das prosaicas atividades.

É inconcebível que para uma política revolucionária e marxista se incorra nestes erros. Acaso não significaria esta preocupação o que disse Marx de que “a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” situando que a tarefa da revolução mundial não recaia sobre as dissidências pequeno-burguesas, sobre idealistas demagogos, parlamentares, eclesiastas e, muito menos, sobre os burocratas pseudo-operários? Sob a luz da experiência bolchevique acumula-se ainda melhor a aplicação concreta dos conceitos marxistas, no que se refere ao fato de não postar-se ou impor-se mecânica e dissimuladamente sobre as costas dos proletários e classes exploradas em geral para configurar-se artificialmente como a direção iluminada destas, ainda mais desvinculando-se de seus interesses e objetivos históricos transformadores.

Em seu testamento Lênin alerta sobre o perigo de degenerescência do Partido Bolchevique Soviético em função, dentre outras questões, pela burocratização no Partido expressada na cúpula do Comitê Central do Partido e especialmente sobre o demasiado poder angariado pela figura traiçoeira de seu Secretário Geral – Stalin.

Ainda que sob as circunstâncias e acontecimentos que propiciaram o estrangulamento da Revolução Russa e Proletária Mundial pela burocracia estalinista em consonância com as investidas do imperialismo, isto ( a degeneração do Partido) não poderia se dar sem uma ruptura total com a democracia operária e com o centralismo democrático. Elementos tão essenciais para a gestão de um partido revolucionário soviético.

Se aos parasitas traiçoeiros estranguladores da Revolução Russa, responsáveis pela degeneração do Partido Bolchevique, foi imprescindível a renúncia dissimulada destes princípios; o que esperar das vertentes que emergem do seio do movimento operário e popular que, desde seu nascedouro, valem-se dos métodos burocráticos e hierárquicos como a vil e insólita divisão alienante e compulsiva das tarefas de um Partido Revolucionário?

Em outro plano mais amplo a quem rogue por abster-se dos soviets e/ou da construção soviética, desconsiderando-os como prioridades para a construção de um Partido Proletário pela Revolução Mundial. Ora pela interpretação de incapacidade dos soviets gerirem seus destinos no curso do processo revolucionário (ao comunismo) – reservando esta tarefa à cúpula iluminada de um Partido artificial. E ora pela

“inexistência” dos soviets no cenário atual ao ponto de confrontarem-se significativamente com o capital – para serem conduzidos como gado a espera do socialismo, já que não propõe-se a construí-los (os soviets).

Superestimando a eficácia de um Partido pretensamente operário e revolucionário uma vez aleijado dos seus braços e pernas e da prática marxista. Subestimando a função dos soviets na sua tarefa transcendental de combate e destruição do capitalismo e da manutenção do Estado Socialista almejado sob a direção primordial de um Partido Proletário Marxista. Mais uma divisão arbitrária do árduo trabalho no campo revolucionário que massificaria nossos esforços cotidianos a despeito do processo de produção e do fruto que almejamos da Revolução

Socialista



Publicamos aqui a carta aberta dos estudantes da FAFIL do CUFSA

## Carta aberta a população em geral

### O CAMINHO DA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ

Nesta carta aberta a população queremos alertar e solicitar apoio a todos os estudantes, calouros, professores, funcionários, lutadores (as) da educação e trabalhadores em geral que a Reitoria da Fundação Santo André está levando a Universidade a falência.

Uma Universidade criada nos anos 60 em meio as lutas por liberdade e democracia, que se propunha a atender a formação dos trabalhadores da região e seus filhos, foi também durante anos uma referencia na região do ABC em qualidade e preços acessíveis.

Atualmente esta não é mais a realidade vivida aqui na Fundação Santo André, várias administrações e gestões desastrosas tem colocado em risco uma importante instituição de ensino da região.

O alto preço das mensalidades o elevado gasto administrativo, aliado ao fechamento de salas de licenciatura, demonstra o caminho da instituição para formar alunos em cursos que o “suposto mercado” diz necessitar.

E para comprovar o que estamos dizendo o **VESTIBULAR 2007** ao apelar com a frase

**SEJA UMA FIGURA IMPORTANTE** abriu 4970 vagas e destas apenas 2668 “FIGURAS” se matricularam e, mesmo com um segundo vestibular em nada mudou a situação. Isto mostra o caminho equivocado desta Reitoria que soma incompetência e despreparo numa universidade que já chegou a contar com 12 mil vestibulandos.

Se não bastasse o minguido preenchimento das vagas, os vestibulandos foram agredidos e penalizados nos seus direitos, pois a Reitoria se recusa a abrir salas com menos de 70 alunos levando o fechamento de alguns cursos e a dispensa do vestibulando, mesmo já matriculado. **ESTÃO FECHANDO OS CURSOS DE: GEOGRAFIA, FISICA, LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E O COLÉGIO. BILOGIA, HISTÓRIA E MATEMÁTICA NÃO TERÃO MAIS O PERÍODO DA MANHÃ. LETRAS E PEDAGOGIA TIVERAM A ABERTURA DE SÓ UMA SALA, PROVALVELMENTE ANO QUE VEM FECHAM TAMBÉM.**

#### Você sabia?

- que a Reitoria da FSA não está depositando o FGTS dos professores e funcionários?
- que a FSA está totalmente endividada com empréstimos bancários?
- que assim como na VOLKS, a FSA também tem um PDV(Programa de Demissão Voluntária)?
- que a Reitoria da FSA está usando argumentos financeiros de uma situação criada por eles para fechar cursos e demitir professores críticos?
- que a atual Reitoria aumentou os gastos administrativos da FSA de 12 para 22%?
- Que o representante da Câmara Municipal de Santo André no Conselho Diretor da FSA (para fiscalizar) é assessor da Reitoria com alto salário?
- Que o Colégio não abriu salas de 1º Ano?
- que a Reitoria tirou o poder de decisão dos Colegiados e Conselhos de Faculdades no tocante à atribuição de aulas e em outras decisões pertinentes?

Portanto a continuidade desta política para a FSA, levará em breve ao fechamento total desta instituição.

#### VAMOS LUTAR:

Pelo Centro Universitário totalmente Público, gratuito e de qualidade!

Pela imediata libertação do professor Marcelo Buzetto e Benedito Ismael Alves Cardoso (Magrão) não a criminalização dos movimentos sociais.

**Diretório Acadêmico Honestino Guimarães**  
**Contatos: dahg@bol.com.br**

## **Atividade de discussão política aberta**

- \* Conjuntura Internacional e Nacional (o que está realmente acontecendo no mundo);
- \* O revisionismo do Marxismo (os que falam em nome de Marx mais os negam);
- \* A necessidade da construção do Partido Operário Marxista (Reconstrução da IV Internacional);
- \* As tarefas e lutas do momento (o que fazer).

**Data - 09 de fevereiro de 2007.**

**Horário- 18:30 horas**

Local – Galpão da Associação OESTE- Rua Maria Aparecida, 50, Vila Nova Conceição,  
Diadema

Ponto de referencia NAP do Bairro do Bairro Serraria, Diadema.

**Participem!**

Contaremos com a presença de vários lutadores do movimento operário, estudantil e popular.

**Convocante:**

**Organização pela Construção de um Partido Operário Marxista (POM)**

**Às Organizações que reivindicam do Socialismo**

**Aos lutadores do Movimento Operário, Camponês, Estudantil e Popular**

As Organizações abaixo discriminadas convidam para Encontro em prol da constituição de Comitê Proletário, como espaço de: organização independente, discussão teórica dentro da democracia operária (direito de divergência programática), de discussão conjuntural e ação Direta.

Dia 25 de fevereiro de 2007

Das 9:00 às 18:00 horas

Local: Associação OESTE- Rua Maria Aparecida, 50, Vila Nova Conceição, Diadema, próximo no NAP do Bairro Serraria, Diadema.

**ASSINAM:**

Oposição Operária

Revolutas

Organização Pelo Partido Operário Marxista (POM)